

Aula 04 - Profº Márcio Damasceno

*Banco do Brasil (Escriturário - Agente de
Tecnologia e Agente Comercial)
Discursivas Sem Correção - 2023
(Pós-Edital)*

Autor:

Carlos Roberto

07 de Fevereiro de 2023

Primeira rodada de temas.....	1
Eixo temático 1 - meio ambiente.....	4
Tema 1.....	4
Abordagem teórica.....	5
Proposta de solução.....	14
Eixo temático 2 - tecnologia	15
Tema 2	15
Abordagem teórica.....	17
Proposta de solução.....	27
Tema 3.....	29
Abordagem teórica.....	30
Proposta de solução.....	37
Eixo temático 3 – urbanização e mobilidade urbana	39
Tema 4	39
Abordagem teórica.....	40
Proposta de solução.....	49
Prática.....	50

PRIMEIRA RODADA DE TEMAS

Olá, meus nobres alunos. Bem-vindos à nossa primeira rodada de temas.

Inicia-se um momento muito aguardado do curso: a elaboração das suas dissertações. Essa é a hora de colocar em prática o conhecimento absorvido nas aulas anteriores. Estejam muito atentos aos aspectos estruturais e gramaticais, pois apenações dessa natureza poderão afastá-los do tão almejado cargo. Isso é tudo que nós não queremos, não é verdade?



Cada questão valerá **100,00 pontos**, nos termos do edital. Além disso, cada questão deverá ter a extensão **mínima de 25 linhas e máxima de 30 linhas**. Apesar dessa limitação não constar do edital, na prova anterior foi assim. Por isso, vamos trabalhar dessa forma.

Aos alunos do curso **com correção e do curso PERSONALIZADO**: vocês poderão escolher para envio qualquer dos temas desta aula. Contudo, não é obrigatório escolher um tema agora, caso prefiram aguardar os temas das próximas rodadas. Uma observação: independentemente da escolha de um tema para envio, não deixem de produzir textos manuscritos para todas as propostas que serão apresentadas. Principalmente, é para isso que eles constam nas aulas!

Antes de começarmos, gostaria de passar para vocês algumas dicas sempre solicitadas pelos nossos alunos em cursos anteriores.

1. Simule as mesmas condições da sua prova

Simular o ambiente de prova significa reproduzir, ao máximo, as condições da sua realização. Quanto mais isso for levado a sério, mais natural será a realização da prova, contribuindo para que você esteja mais calmo nesse momento. Utilize a folha de respostas padrão da banca, incluída em aula específica. Use caneta esferográfica de cor preta. Isso também é importante.

Você terá 5 (cinco) horas para realizar a prova objetiva e discursiva. Leve isso em consideração durante a realização dos simulados.

Seguir esses passos é essencial para que você se conheça melhor, diagnosticando seus pontos fracos, caso haja. Ainda há tempo para você trabalhar os possíveis pontos de melhoria, então recomendo que invista nisto. Leve a sério a filosofia socrática do "conhece-te a ti mesmo".

2. Estratégia de prova

Muitos alunos me perguntam sobre **estratégia de prova**, se primeiro começam pela parte objetiva ou pela discursiva. A primeira coisa que eu respondo é que isso é muito particular, ou seja, cabe a cada um verificar, na prática (entre outras coisas, para isso servem os simulados), qual o método com melhor resultado.

O que eu posso dividir com vocês é a minha experiência como concurseiro. Inicialmente, antes de começar a prova objetiva, eu lia a questão discursiva e anotava as primeiras ideias de resposta num rascunho, sem perder muito tempo. É o famoso "brainstorm" ou tempestade de ideias.

Feito isto, ia para a parte objetiva. Depois de resolver as questões, voltava para a discursiva, dessa vez para fazê-la definitivamente.

Acho essa estratégia interessante por vários motivos. Primeiro porque com a discursiva encaminhada, você seguirá para a prova objetiva mais tranquilo. Além disso, novas ideias podem "brotar" no seu cérebro durante a prova, podendo advirem, inclusive, de alguma questão objetiva que trate sobre assunto correlato a sua dissertação.



Sobre esse último ponto, um parêntesis: em hipótese alguma transcrevam, exatamente, algum trecho da prova objetiva na prova dissertativa, combinado? Já houve prova em que o examinador identificou e anulou o trecho copiado.

Ok, professor. Mas você pintou o "caminho feliz"... e se eu ler a discursiva e não fizer a mínima ideia do que ela está tratando? Bem, nesse caso, a primeira coisa que deve vir a sua mente é "**fique calmo**". O impulso natural é passar um filme na sua cabeça, imaginando que todos aqueles finais de semana dedicados, que todos os seus esforços foram infrutíferos. Mas eu vou te dar bons motivos para que você não tema ou não se desestabilize perante a essa possibilidade.

Pense comigo. Você estudou bastante para essa prova, utilizou bons materiais. Então, creio que a chance de cair algo que você desconheça integralmente é baixa. Além disso, se "der ruim" para você, isso também deve ter acontecido com muita gente. Logo, está todo mundo no "mesmo barco". Nesse caso, logrará êxito aquele que melhor souber lidar com a situação, sem se abater ou deixar seu desempenho ser comprometido.

3. Vou começar a escrever, e agora?

Primeiro passo: aplique o **PLE**.

Mas professor, não identifiquei esse assunto no edital!

Pois é, nem irá. Esse é um princípio implícito no seu edital, que vale para a prova objetiva e discursiva. É o **Princípio da Leitura do Enunciado**. Leia com muita atenção o comando da questão, especialmente nos estudos de caso, pois o bom examinador não coloca palavras a esmo. Esteja atento a todos os detalhes, afinal "as grandes ideias surgem da observação dos pequenos detalhes". Sublinhe e grife as palavras-chave do enunciado, para que nenhuma delas passe despercebida.

Uma vez superado esse passo inicial, planeje a sua resposta. **Não se esqueça de definir as estruturas trabalhadas nas aulas anteriores (formal e conceitual), bem como de definir os pontos semânticos que irão compor seu texto.** Esse planejamento, em grande medida, passa pela produção de um rascunho.

O rascunho é essencial para que você possa, preliminarmente, avaliar seu texto e corrigi-lo enquanto ainda há tempo. Logo, sempre deve ser feito. Contudo, se a gestão do seu tempo não foi boa e você não puder fazer rascunho, é fundamental que, pelo menos, você trace o esqueleto do seu texto, listando em tópicos as ideias principais a serem trabalhadas.

É fundamental que, ao finalizar seu texto, você leia novamente o enunciado e se certifique que respondeu a tudo que lhe foi perguntado. E por fim, nunca deixe nunca de revisá-lo, combinado?

4. Top dúvidas

Embora esses pontos já tenham sido tratados anteriormente, como recebemos muitos questionamentos, vale a pena repisarmos.



1. **Letra de fôrma x cursiva:** as duas são possíveis. Se usar a letra de fôrma, quando empregar letras maiúsculas, você deverá destacá-las, deixando-as maiores que as demais, de modo que o examinador saiba, exatamente, quando elas foram usadas.
2. **Título:** não. A menos que o comando de prova estabeleça essa necessidade.
3. **Rasura:** um traço no centro do trecho ou palavra inadequada. Só isso.
4. **Citação de número de artigos, incisos:** só se você tiver certeza absoluta. Se estiver em dúvida, não use, a menos que lhe seja perguntado diretamente, o que é algo muito raro.
5. **Citação de dados e estatísticas:** não é necessário saber exatamente os números, pois você pode informá-los de forma aproximada. Assim, ao invés de mencionar que houve 4.254 homicídios dolosos de mulheres em 2018, você pode informar que, em 2018, mais de 4.000 mulheres foram vítimas de homicídio.
6. **Minha letra é um garrancho, e agora?** Fato é que a ilegibilidade da letra poderá acarretar prejuízo à nota do candidato. Se é seu caso, vale muito a pena caprichar e, acredite, a prática da escrita manuscrita pode amenizar o seu problema. Fora isso, não sendo ininteligível, ninguém será desclassificado por conta disso. Segue o jogo!

Bem, agora chega de conversa. Está na hora de “arregaçar as mangas”. Após o enunciado, há sempre a apresentação de uma **abordagem teórica**, cujo objetivo é relembrar os principais pontos necessários à resolução da questão, caso você necessite.

Espero que vocês gostem dos temas selecionados e, sobretudo, realmente façam as redações propostas. O treino é seu maior aliado: somente por meio dele você conhecerá seus pontos de melhoria, que, devidamente trabalhados, permitirão sua evolução.

Então, quero ver todos com a sua caneta esferográfica fabricada em material transparente a postos. Façam um excelente trabalho!

Prof. Marcio

EIXO TEMÁTICO 1 - MEIO AMBIENTE

Tema 1

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo o crescimento



econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. Apesar de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

Abordagem teórica

1. Desenvolvimento sustentável

Sob uma perspectiva histórica, foi a partir da Revolução Industrial que se intensificou a degradação ambiental. A partir dela, o homem mudou a forma de se relacionar com a natureza, exercendo o domínio sobre ela e iniciando um período de intensa exploração dos recursos naturais.

No campo da agropecuária, a Revolução Industrial teve como reflexo a **Revolução Verde**, conjunto de mudanças técnicas na produção agropecuária que surgiram a partir do ano de 1930. Essa revolução tem como arcabouço o melhoramento genético de espécies, o uso de maquinário sofisticado e a intensa mecanização do campo, o uso de adubos, de defensivos agrícolas, entre outros.



Apesar dos inegáveis ganhos, principalmente no que se refere à garantia da segurança alimentar, houve consequências também danosas para a natureza. O sistema mais utilizado pelos países que seguiram as premissas da **Revolução Verde** foi o da monocultura, que favorece o aparecimento de pragas e, portanto, demanda o uso mais intenso de defensivos agrícolas. Essas substâncias enfraquecem o solo, afetam a fauna e a flora, além de poluírem os rios. Outras consequências são desmatamento, diante da expansão da fronteira agrícola, processos erosivos, assoreamento dos rios e poluição do ar.

Então, em decorrência de todo esse processo, o avanço da técnica proporcionou uma intensificação da exploração da natureza pelo homem. Atrélada a esse processo, a intensificação dos problemas ambientais fez com que essa questão se tornasse alvo de inúmeras discussões. Com efeito, a poluição e a degradação da qualidade ambiental constituem, inegavelmente, alguns dos principais efeitos externos negativos da atividade produtiva, seja na extração, na produção ou no consumo.

Percebendo esses efeitos adversos e a incapacidade do planeta de absorver o ritmo exploratório, a humanidade começa a voltar os olhos para o meio ambiente.

A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de codesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

Um dos marcos no aprofundamento das discussões sobre o meio ambiente veio em 1987. Nesse ano, uma comissão instituída pela ONU apresentou o conhecido **Relatório Brundtland** (Nosso Futuro Comum), no qual se ressaltava o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como o processo que *"satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades"*. É o desenvolvimento que não exaure os recursos para o futuro.

A propósito, lembre-se de que, internamente, a Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

Assim, o desenvolvimento sustentável é o modelo que procura coadunar os aspectos ambiental, econômico e social, buscando um ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. Esse modelo de desenvolvimento considera em seu planejamento tanto a qualidade de vida das gerações presentes quanto a das futuras, diferentemente dos modelos tradicionais que costumam se focar na geração presente ou, no máximo, na geração imediatamente posterior¹.

¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-04/ambiente-juridico-protecao-meio-ambiente-desenvolvimento-economico>. Acesso em 05 de agosto de 2021.



A partir daí, também são referências a Eco-92 e a Rio+20, realizadas no Rio de Janeiro. A chamada Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também intitulada Cúpula da Terra ou, mais popularmente, Eco-92), ocorrida em 1992, foi um marco histórico – a maior conferência já realizada no planeta, com a presença de delegações de 178 países. A Eco-92 também abriu o caminho para o **Protocolo de Kyoto (1997)**, acordo internacional que visava controlar as emissões de gás do efeito estufa. Ainda assim, a ausência de metas concretas fez com que muitos considerassem a Eco-92, na época, uma "decepção".

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, realizada 20 anos mais tarde (2012), teve como objetivo renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Para fechar essa parte, falemos das **COPs**. A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo de tomada de decisão da Convenção Quadro sobre Mudança Climática (UNFCCC), criada na Eco-92. As partes que aderiram à convenção se reúnem todos os anos para analisar o progresso na implementação da convenção (estabilizar as emissões globais de gases de efeito estufa), em que outros instrumentos que apoiam seu estabelecimento são propostos, avaliados e aprovados. São COPs famosas a COP-3 (1997), em que se firmou o Protocolo de Kyoto, e a COP-21 (2015), em que se firmou o Acordo de Paris, o qual tem como objetivos:

- Reduzir coletivamente as emissões de forma que se mantenha o aumento da temperatura global bem abaixo de 2 °C, mirando em até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Esses são os limiares de temperatura que os cientistas disseram ser necessários para evitar alguns dos piores efeitos das mudanças climáticas.
- Aumentar a capacidade dos países de se adaptarem aos impactos adversos das mudanças climáticas e promover a resiliência climática.
- Tornar os fluxos financeiros consistentes com uma baixa emissão de gases de efeito estufa e com um caminho de desenvolvimento resiliente ao clima.

Ainda em 2015, foi criada a Agenda 2030, a qual estabelece os famosos **17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e suas 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento.

Os objetivos e as metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômica – e podem ser colocados em prática por **governos, sociedade civil, setor privado e por cada cidadão comprometido com as gerações futuras**.

Os 17 ODS são os seguintes:





Há pelo menos três visões sobre o meio ambiente. A primeira, o **desenvolvimentismo**, defende o crescimento econômico a qualquer custo e não considera os danos ambientais nem a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Num extremo oposto, há o **preservacionismo**, amparado na necessidade de uma postura radical de preservação ambiental. Por fim, de forma intermediária, contemplando a ideia de desenvolvimento sustentável, há o **conservacionismo**, o qual admite a exploração dos recursos naturais, de forma racional e eficiente.

Feita essa parte introdutória, levanta-se uma questão que, num primeiro momento pode parecer paradoxal: é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental? A resposta é individual, mas, caso você acredite que sim, a sua argumentação pode incluir a questão do desenvolvimento sustentável. Na verdade, se refletirmos, veremos que não se trata de uma opção, mas uma imposição/condição: se não houver ambiente saudável, não haverá vida.

Nessa linha, pode-se argumentar pela necessária mudança de atitude por parte dos indivíduos, empresas e governos. Às pessoas cabe a reflexão sobre os seus hábitos de consumo e sobre a sua "pegada ambiental", ou seja, o quanto cada pessoa ou atividade representa em termos de impacto ao meio ambiente. Corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida. Aqui também vale mencionar a necessidade de engajamento nas causas ambientais, a organização de associações capazes de mobilizar pessoas e governos, entre outras.

Ao setor do agronegócio cabem investimentos numa produção mais limpa e de maior produtividade e o uso de defensivos químicos de menor impacto ao meio ambiente e à saúde humana. Ao setor produtivo de modo geral cabe a utilização de tecnologias menos poluentes, com menor consumo de energia e que, de preferência, deve ser obtida de fontes renováveis. Acrescente-se a isso o imperativo da economia circular, processo que se ampara no investimento em um *design* mais inteligente e na possibilidade de reuso, reutilização ou reciclagem de produtos, tudo com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos.

Aos governos cabem os avanços na área legislativa com foco na preservação ambiental, o uso de incentivos para empresas adotarem práticas mais sustentáveis, o investimento em saneamento básico, entre outros. Você pode também mencionar sobre as barreiras ambientais, em relação às quais os países importadores exigem do exportador o cumprimento de determinadas práticas ambientalmente corretas.

Nesse contexto, você pode fundamentar sua argumentação numa linha mais histórica, a partir da mudança de concepção da relação homem-natureza. Eu explico.

Como sabemos, o **Iluminismo** foi um movimento ocorrido na Europa nos séculos XVII e XVIII, cuja base era a disseminação do conhecimento como forma de enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso. O Iluminismo altera a concepção social vigente do teocentrismo para o antropocêntrico, em que o homem passa a ser o centro da sociedade, e a razão substitui questões dogmáticas então somente determinadas pela fé.

O Iluminismo também modificou a forma de o homem enxergar a natureza. Se antes havia uma reverência à natureza, vista como algo divino, a partir do Iluminismo, o homem passou a se enxergar como elemento dela dissociado. O homem não só se dissociou da natureza, como passou a se conceber como ser superior a ela (e não parte dela), o que lança as bases ideológicas para a dominação da natureza e para seu uso como instrumento para satisfação das necessidades humanas.

Essa discussão nos remete ao conceito de **razão instrumental**, desenvolvido pelos teóricos da Escola de Frankfurt Theodor Adorno e Max Horkheimer. A Escola de Frankfurt, movimento social surgido na Alemanha no início do século XX, pretende demonstrar que a produção do conhecimento científico caiu numa instrumentalização: o conhecimento se tornou instrumento para os poderes políticos e econômicos. É a racionalidade como instrumento de dominação, transformando os homens em objetos. Nesse sentido, a mesma racionalidade que é capaz de melhorar a qualidade de vida da humanidade serve para explorar a natureza, explorar o próprio homem e dominar a própria humanidade.

Para tais pensadores, há duas formas de razão, a instrumental, que está a serviço da exploração e da dominação, e a crítica, que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos, sendo uma força libertadora. A crítica à razão torna-se, portanto, a exigência revolucionária para o advento de uma sociedade verdadeiramente racional à medida que se tem uma racionalidade instrumental forte direcionada para a dominação da natureza e para fins lucrativos, que coloca a ciência e a técnica a serviço do capital.

Prossigamos.

Ademais, você também pode desenvolver seu raciocínio a partir de uma crítica **ao sistema capitalista**, o qual se fundamenta na produção em massa e no consumo dessa produção com o objetivo de obtenção de



lucro. Para que essa engrenagem possa girar, é necessária a obtenção de matéria-prima, implicando uma exploração da natureza e, conseqüentemente, um certo nível de degradação ambiental.

Caso você queira partir de uma linha mais filosófica, são sugestões adicionais de repertório:

- **Sociedade de consumo (Jean Baudrillard e Guy Debord).** Trata-se da sociedade que se organiza em torno do consumo. As identidades, as relações sociais, a noção de sucesso ou a própria existência gira em torno do consumo. Esse consumo gera não só conseqüências econômicas, mas também ambientais, como o extrativismo predatório e a intensa produção de resíduos sólidos e gasosos.
- **Fetichismo da mercadoria (Karl Marx):** sob a perspectiva da lógica consumista da sociedade atual, pode-se invocar esse ponto do pensamento de Marx. Segundo ele, com o advento do capitalismo, houve um esvaziamento da utilidade concreta dos objetos, os quais passaram a valer não pela sua utilidade, mas pela sua simbologia, ou seja, pelo que eles comunicam para os outros, pelo *status* que transmitem.
- **Consumo líquido (Zygmunt Bauman²):** no livro "*Vida para Consumo*", Bauman concentra sua análise da sociedade contemporânea como uma sociedade constituída essencialmente por consumidores. Ele afirma que a sociedade transforma gradualmente consumidores em mercadorias.

Além da satisfação de necessidades, o ato de consumir passou a ter um peso importante na construção das personalidades. Bauman afirma que vivemos em uma sociedade marcada pelo conflito ser *versus* ter. O homem passa a se expressar pelo que compra ou tem, elementos definidores de sua própria identidade. Segundo Bauman, "*na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável*".

Consumo sempre foi sinônimo de **status**, mas, na modernidade líquida, o consumo e o *status* são expressivamente dotados de uma carga simbólica muito mais intensa do que era na modernidade sólida. O sujeito é objetificado pelo capitalismo, tornando-se apenas o que ele consome, e não mais o que ele é. Na lógica da modernidade líquida, **o sujeito é aquilo que ele consome**.

Um dos sintomas desse fenômeno seriam as redes sociais, nas quais os usuários montam perfis e se relacionam como se fossem "produtos". Outro exemplo é o consumo de luxo, no qual marcas e grifes se tornam um símbolo de quem somos. Sua compra também significa um *status* social, o desejo de um reconhecimento perante os outros.

² Zygmunt Bauman – filósofo e sociólogo polonês, defensor incansável da ideia de que a fluidez dos vínculos, que marca a sociedade contemporânea, encontra-se inevitavelmente inserida nas próprias características da pós-modernidade – faz uso da metáfora da "liquidez" para caracterizar o estado da sociedade moderna contemporânea: como os líquidos, ela se traduz pela incapacidade de manter a forma. Tal imagem se contrapõe à da sociedade moderna anterior, a qual, por ser rija e inflexível, foi denominada pelo autor de "modernidade sólida". Apesar da distinção, entre ambas há um elemento comum primordial: o fato de serem "modernas", isto é, de serem produtos do ato de pensar em si mesmas, próprio da civilização.

³ Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/26/como-as-ideias-de-zygmunt-bauman-podem-cair-nos-vestibulares.htm>. Acesso: dezembro de 2022.



Consumir também significa descartar e, em decorrência disso, na visão de Bauman, vivemos hoje numa cultura de lixo. Temos acesso a tudo o que queremos e ao mesmo tempo as coisas se tornam rapidamente obsoletas. "O problema não é consumir; é o desejo insaciável de continuar consumindo", diz Bauman. Tanto que o descarte de lixo se tornou um dos grandes problemas da sociedade contemporânea.

A identidade como um valor de mercado⁴

O ser humano, na vida em sociedade, interage com os outros e o seu ambiente. Assim, é vital, para que ele sobreviva nesse espaço, que seja reconhecido como parte integrante desse meio social. Como, então, se dá na modernidade líquida a aceitação e o reconhecimento de um indivíduo como membro integrante da sociedade? Para Bauman, a sociedade de consumidores "representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas" (BAUMAN: 2008 p. 71).

Por isso, não há espaço para quem não cumpre o seu papel social primordial, qual seja: ser um consumidor exemplar. Isso ocorre porque os membros da sociedade contemporânea são avaliados por sua capacidade de consumir, sendo esta o termômetro que irá reconhecer- ou não - o seu valor no interior dessa escala social. Assim, seu lugar estará "garantido" somente enquanto exerce sua competência de consumidor, que deve ser exercida sem pausas, de forma voraz e contínua. Se assim não o for, imediatamente a sociedade de consumidores exclui aqueles com defeito de fabricação, como, por exemplo, os que logo se satisfazem com o que consomem e que não precisam sair a todo instante em busca da novidade do momento.

Para eliminar qualquer risco de que existam membros defeituosos, estabelece-se, na modernidade líquida, uma cultura consumista na qual o consumo não só é uma vocação como também um direito e um dever humano universal. Nele reside a felicidade e é, portanto, o bem maior dessa sociedade. É através dele que se constrói a identidade de seus membros. Para isso, a sociedade de consumidores cultiva em seus membros o hábito de consumir desde a infância, direcionando grande parte de seus esforços publicitários às crianças. Estas são bombardeadas de forma cruel, sem descanso, desde que começam a perceber o mundo à sua volta e que passam a apontar aquilo que querem, para que seus pais, muitas vezes orgulhosos e satisfeitos, realizem os mínimos desejos de sua prole. Assim, a máquina de consumo conseguirá produzir consumidores ávidos, habilitados e sem possibilidade de deserção. No entanto, com o passar do tempo, essa identificação com o ato de consumir sem limites acaba criando nas pessoas uma insatisfação permanente, pois as novidades não se esgotam: a todo instante surgem inovações tecnológicas, lança-se a moda do momento, o "best-seller" é lançado simultaneamente à sua versão cinematográfica, e todos precisam participar de tudo, ninguém pode ficar de fora, pois todos têm, paradoxalmente, obrigação de usufruir de seu direito à felicidade de consumir: sua identidade depende, agora, do exercício desse direito.

- **Ética ambiental (Peter Singer).** Segundo Singer, a discussão sobre a ética humana deve se estender não só aos seres humanos, mas para todo o meio ambiente. Singer estabelece os contornos gerais de uma ética ambiental, que, em seu nível mais fundamental, incentiva a consideração dos interesses de

⁴ Fonte: <https://blog.portaleducacao.com.br/bauman-e-a-sociedade-de-consumidores-a-transformacao-das-pessoas-em-mercadoria/>. Acesso: dezembro de 2022.



todas as criaturas sencientes (capacidade de sentir), inclusive das gerações que habitarão o planeta num futuro remoto.

- **Princípio da responsabilidade (Hans Jonas).** Aborda os problemas sociais e éticos criados pelos avanços tecnológicos. A partir da observação do extremo poder da tecnociência (ciência desumanizada, voltada para a técnica), evidenciado por eventos como a bomba atômica, capaz de eliminar toda forma de vida existente na Terra, Jonas demonstra a necessidade de haver uma nova ética da responsabilidade para lidar com o alcance sem precedentes do poder tecnológico. Para ele, essa ética deve impor limites ao processo tecnológico, extrapolar a espécie humana e se estender para toda a natureza e para as gerações futuras. Ética, para Jonas, é responsabilidade com o planeta e com as gerações futuras, o que demonstra a convergência entre o seu pensamento e a ideia de desenvolvimento sustentável. Sintetiza o princípio da responsabilidade a seguinte frase: "Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica".

Para que a ideia fique um pouco mais clara, transcrevo o seguinte texto⁵:

Para Hans Jonas nenhuma ética anterior havia pensado em um futuro distante, pois elas não refletiam sobre a relação homem x natureza por se acreditar que, até então, que a ação do homem tinha um impacto quase irrelevante em relação ao meio ambiente. Segundo o autor, imaginava-se que o "alcance efetivo da ação era pequeno, o intervalo de tempo para a previsão, definição de objetivo e imputabilidade era curto, e limitado o controle sobre as circunstâncias" (JONAS, 2006, p.35). O que leva a crer que as éticas anteriores tinham um caráter antropocêntrico, a ética tinha a ver com a relação direta entre iguais. Marcado por uma ideia bem diferente destas, Hans Jonas propõe uma reformulação no cenário ético e coloca a responsabilidade como fator determinante para melhorar a conduta humana, possibilitando, assim, salvaguardar o futuro da própria humanidade. Assim, para o pensamento do autor, tudo se modificou, as éticas anteriores não são mais válidas, dessa forma, o destino e a providência não acompanham a evolução do homem contemporâneo.

O autor explana, detidamente, acerca das consequências do agir humano e formula um imperativo voltado para a coletividade que preconiza que não se deve agir de forma inconsequente, pois a irresponsabilidade humana poderá colocar em risco o futuro do planeta e, portanto, das próximas gerações

- **Sociedade do risco (Ulrich Beck):** a sociedade sempre conviveu com riscos, mas até então esses riscos eram de ordem natural, imprevisíveis (enchentes, furacões, epidemias). Com o advento da ciência e o desenvolvimento da técnica, nós não apenas fracassamos no controle dos riscos advindos da natureza, mas criamos uma série de outros riscos, que são trazidos pela própria ciência (bombas atômicas, poluição, tragédias nucleares). Essa percepção de que não estamos no controle, gera uma sensação de desencanto e de próprio descrédito em relação à ciência. Mas, segundo Beck, não temos só más notícias. Essa consciência dá origem a uma fase chamada por ele de Modernidade Reflexiva, aquela em

⁵ LIMA, Ana Paula de Araújo. O desafio da ética da responsabilidade de Hans Jonas como resposta à nova era da civilização tecnológica.



que sociedade, políticos e governos percebem que há um risco constante e, por isso, devemos estar em estado de constante vigilância. A sociologia de Beck funciona como uma grande advertência de que os modelos de controle da humanidade são falhos e, por isso, a atenção deve ser constante.

Segundo Beck⁶:

*"Sociedade de risco" significa que vivemos em um mundo fora de controle. Não há nada certo além da incerteza. Mas vamos aos detalhes. O termo risco tem dois sentidos radicalmente diferentes. Aplica-se, em primeiro lugar, a um **mundo governado inteiramente pelas leis da probabilidade**, onde tudo é mensurável e calculável. Essa palavra também é comumente usada para referir-se a incertezas não quantificáveis, a **riscos que não podem ser mensurados**. Quando falo de "sociedade de risco", é nesse último sentido de incertezas fabricadas. Essas verdadeiras incertezas, reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, estão criando uma nova paisagem de risco global. Em todas essas novas tecnologias incertas de risco, estamos separados da possibilidade e dos resultados por um **oceano de ignorância** ("not knowing").*

[...]

*Na velocidade de seu desenvolvimento tecnológico, o mundo moderno aumenta a diferença global entre a linguagem de riscos quantificáveis no qual pensamos e agimos e o mundo de insegurança quantificável que igualmente criamos. Com nossas decisões passadas sobre **energia atômica** e nossas decisões presentes sobre o uso de tecnologia genética, **genética humana**, nanotecnologia e **ciência informática**, desencadeamos consequências imprevisíveis, incontroláveis e certamente até incomunicáveis que ameaçam a vida na Terra.*

[...]

*A **novidade da sociedade de risco** repousa no fato de que nossas decisões civilizacionais envolvem consequências e perigos globais, e isso contradiz radicalmente a linguagem institucionalizada do controle – e mesmo a promessa de controle – que é irradiada ao público global na eventualidade de catástrofe (como em **Chernobyl** e também nos ataques terroristas - "terror attacks" - sobre **Nova Iorque** e **Washington**). Isso constitui precisamente a **"explosividade" política da sociedade de risco**. Essa explosividade tem seu centro na esfera pública da sociedade de massas midiaticizada, na política, na burocracia, na economia, embora não seja necessariamente contígua a um evento específico ao qual esteja conectada. [...]*

*Na **era do risco**, as ameaças com as quais nos confrontamos não podem ser atribuídas a Deus ou à natureza, mas à própria "**modernização**" e ao próprio "**progresso**". Assim, a cultura do medo vem do fato paradoxal de que as instituições feitas para controlar produzem incontrolabilidade.*

Bem, agora a prática.

⁶ Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616847-sociedade-de-risco-o-medo-hoje-entrevista-especial-com-ulrich-beck>. Acesso: dezembro de 2022.



Proposta de solução

A segunda metade do século XX marca um despertar da humanidade para as questões ecológicas. O surgimento de consequências ambientais fez-na perceber que a lógica meramente exploratória, concebida como inerente ao progresso, apresentava limitações. No entanto, apesar de aparentemente paradoxais, *é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, desde que se altere o entendimento da relação homem-natureza e se utilize a tecnologia como instrumento de mitigação do impacto humano sob o planeta.*

Inicialmente, ressalte-se ser necessária a mudança conceitual da relação homem-natureza. De fato, já no século XVIII, a visão antropocêntrica difundida pelo Iluminismo coloca a natureza como algo destituído de valor intrínseco, como algo a ser dominado e utilizado pela espécie humana. Esse pensamento consolidou as bases para a 1ª Revolução Industrial e o surgimento do modelo capitalista de produção, eventos que aprofundaram a exploração da natureza pelo homem. Nesse sentido, como princípio, é necessário que o homem passe a se entender como parte da natureza, e não como um elemento dela dissociado. Essa perspectiva romperá com a concepção de que a natureza é mero instrumento para a realização material humana e estabelecerá as bases para uma relação fundada no respeito e no entendimento da preservação do meio ambiente como condição para o futuro da humanidade.

Essa mudança de paradigma deve se concretizar a partir de modificações no agir dos indivíduos, especialmente no campo tecnológico. Com efeito, não obstante ter sido a tecnologia um elemento impulsionador de uma intervenção mais radical do homem sobre o meio ambiente, ela pode ser utilizada para a mitigação da "pegada ecológica" humana, o que pode ocorrer, por exemplo, a partir do desenvolvimento de energias mais limpas. Além disso,



deve-se incorporar a dimensão ética à tecnologia, conforme preconiza Hans Jonas em seu livro "O Princípio Responsabilidade - Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica". Segundo ele, essa nova ética deve extrapolar a noção do conhecimento científico como um fim em si mesmo e considerar o impacto dos avanços tecnológicos sobre a natureza e o bem-estar das gerações futuras.

Assim, observa-se ser possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, mas isso envolve uma nova forma de pensar e agir. Em face da premente necessidade de cuidar do meio ambiente, devem os líderes mundiais adotar a agenda ambiental como prioridade, o que se refletirá na maior adesão aos protocolos internacionais e na adoção de medidas mais concretas para se honrarem os compromissos assumidos.

EIXO TEMÁTICO 2 - TECNOLOGIA

Tema 2

Tecnologia da informação e comunicação (TIC) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TICs são utilizadas das mais diversas formas, na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem, na *Educação a Distância*).

O desenvolvimento de *hardwares* e *softwares* garante a operacionalização da comunicação e dos processos decorrentes em meios virtuais. No entanto, foi a popularização da internet que potencializou o uso das TICs em diversos campos.

Através da internet, novos sistemas de comunicação e informação foram criados, formando uma verdadeira rede. Criações como o e-mail, o *chat*, os fóruns, a agenda de grupo *online*, comunidades virtuais, *web cam*, entre outros, revolucionaram os relacionamentos humanos.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>. Acesso em: 20/09/2021. (Com adaptações)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO



As formas de comunicar e de informar foram evoluindo ao longo dos séculos. Rochas, tábuas, papiros, a humanidade desenvolvia novas tecnologias que permitiam o armazenamento, a transmissão e o acesso a informações. Legiões de copistas reproduziam livros manualmente até serem suplantados pelos tipos móveis da prensa de Gutemberg. Em passagens de tempo cada vez mais curtas, os conhecimentos se multiplicavam, as informações produziam cada vez mais livros, revistas, panfletos e jornais.

Ideologias manifestavam-se, leis tornavam-se conhecidas e, ao mesmo tempo, não eram poucas as tentativas de impedir o acesso a esses conhecimentos: proibições de publicações ou mesmo de instalação de gráficas conviviam com listas de livros censurados para determinados públicos, crenças e povos. A informação e o conhecimento conferiam poder a quem os possuía e apresentava-se como um perigo caso fosse disseminado.

Mas as revoluções do engenho humano não podem ser paradas e dia após dia, década após década, surgiam mais inventos, mais possibilidades para a disseminação do conhecimento. O letramento foi ampliado em inúmeras sociedades, as artes levavam mensagens ideológicas e definiam nacionalidades, grupos se organizavam, difundiam suas ideias e mesmo comunicavam-se de forma cifrada.

O século XX trouxe o rádio e a televisão como meios de comunicação de massa. O desenvolvimento dessas novas tecnologias permitiu que o acesso à informação se tornasse fácil e rápido. Por outro lado, acentuou o poder daqueles que comandavam esses meios: quem domina a informação domina a sociedade.

Esses modelos de comunicação funcionam em uma única direção: o emissor lança as informações para milhões de espectadores. A informação virou um produto de consumo e, com ele, toda a ideologia subjacente a quem produz o discurso. Uma das verdades incontestáveis é aquela que postula a inexistência de um discurso neutro. Todos, desde os donos dos meios de comunicação ao redator de um texto, possuem alguma intenção ao produzir seus discursos. Desta forma, jornais, telenovelas, filmes e tantos outros “produtos” apresentam bem mais do que aquilo que sua superfície discursiva faz notar; existem comportamentos, ideias e visões que são expostas de maneira a influenciar a visão da sociedade e sua própria construção cultural.

O final do século XX ainda assistiu a uma nova revolução, a Internet. Com a popularização dos computadores, os meios digitais associados em rede trouxeram uma nova visão à construção de conhecimentos. O espectador, antes passivo diante dos meios de comunicação, passava a colaborador ativo na transmissão de informações por meio de redes sociais e tantas outras ferramentas que são criadas quase que diariamente.

O centro de poder da informação foi abalado, com a horizontalização do domínio dos saberes e a influência de pessoas comuns sobre a sociedade, independentemente de aparecer nos grandes meios de comunicação de massa. Hoje, indivíduos contam com milhões de seguidores que lhes acompanham os pensamentos, ideologias e tantos outros conteúdos que são veiculados.

Professores, estudiosos e outras referências não são mais os detentores exclusivos do conhecimento e as bibliotecas virtualizaram-se, estando disponíveis a um clique do *mouse* ou a um toque na tela. Da mesma forma, pela velocidade do mundo atual, vendem-se resumos e superficialidades como substitutos de antigos conhecimentos.

A integração cada vez maior de indivíduos em redes colaborativas ou sociais possibilita o compartilhamento de visões pessoais ao lado de impressões subjetivas tomadas como fatos. Como tudo o que se produz está subordinado à ideologia, não são poucas as vezes que opiniões são colocadas a serviço de interesses comerciais ou políticos de maneira a ignorar e contrariar fatos, fazendo informações falsas circularem livremente e alcançarem *status* de verdade para boa parcela da população. A era da informação é também a era das *fake news*.



Disponível em: <https://www.proenem.com.br/enem/redacao/tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao/>. Acesso em: 20/09/2021. (Com adaptações)

O desenvolvimento tecnológico é causa e efeito de muitos avanços, mas ainda não obteve uma unanimidade positiva de opinião. Nesse contexto, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre as **vantagens e desvantagens da inserção da tecnologia na sociedade**.

Abordagem teórica

Amigos, esse é aquele tema bem geral. Se o eixo temático for tecnologia, certamente você conseguirá utilizar conceitos aqui explorados. Portanto preste bastante atenção.

1. Expansão das TICs

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são recursos tecnológicos utilizados de forma integrada e que proporcionam a automação e comunicação dos processos de negócio, de pesquisa e de ensino e aprendizado. São exemplos de TICs os computadores, os dispositivos de armazenamento, os *e-mails*, a TV digital, internet, o *streaming*, entre muitas outras.

As TICs ganharam mais vulto a partir da **Terceira Revolução Industrial** também conhecida como **Revolução Técnico-Científica-Informacional**. Iniciada no período pós 2ª GM, é marcada pelo emprego de tecnologias sofisticadas no processo produtivo, suplantando indústrias tradicionais como a metalúrgica e a siderúrgica. A partir dela, assumiram protagonismo segmentos como robótica, genética, informática, telecomunicações, eletrônica, entre outros.

O advento dessas novas tecnologias provocou profundas modificações econômicas, sociais, políticas e culturais. Tornou mais eficientes os processos produtivos, possibilitou inovações em todos os campos do conhecimento humano (exemplos: medicina, engenharia, agricultura), modificou a forma de comunicação, possibilitou uma nova forma de exploração do meio ambiente, entre outros.

Atualmente, já se fala numa possível **Quarta Revolução Industrial** ou **Indústria 4.0**. A principal característica dessa fase é a automatização total das fábricas por meio dos sistemas ciberfísicos, marcados pela introdução de nanotecnologia, neurotecnologia, inteligência artificial, robôs, biotecnologia, entre outras. Essa nova realidade já é, segundo o Fórum Econômico Mundial, percebida em países como Noruega, Finlândia, Estados Unidos, Holanda, Israel e Cingapura⁷.

Um ponto de grande importância, que vale a pena ser resgatado, é a **globalização**, processo de interligação econômica, política, social e cultural, em nível global, o qual foi possibilitado, principalmente, pela expansão dos meios de transporte e comunicação. Um dos seus principais aspectos é a descentralização industrial, consistente na modificação da localização física das indústrias para locais que fossem economicamente mais vantajosos. Passaram a ser atrativos os locais onde se encontram matérias-primas abundantes, mão de obra mais barata, leis ambientais menos eficientes e um maior e mais amplo mercado consumidor.

⁷ Disponível: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/terceira-revolucao-industrial.htm>



Bem, feita essa abordagem inicial, vamos esquematizar os principais pontos positivos e negativos do advento da tecnologia em nossas vidas.

Podemos mencionar entre os **aspectos positivos**:

1. **Possibilidade de ter acesso a conteúdo em tempo real, sobre qualquer lugar do planeta, sobre quase todos os assuntos.**

A informação não mais se restringe à que é transmitida pelos meios convencionais de mídia (televisão e rádio). Agora, com um *smartphone* em mãos, pode-se ter acesso a diferentes conteúdos de diferentes locais e das mais diversas fontes. Pode-se visitar museus na França, fazer cursos do MIT, tudo isso de dentro de casa.

A forma de produzir informação também mudou. Antes era monopolizada por alguns núcleos (mídia, academia, centros formais de ensino), agora vive-se uma horizontalização do domínio dos saberes e uma pulverização desses centros de poder. Qualquer pessoa com um *smartphone*, utilizando certos instrumentos, consegue influenciar milhares ou milhões de pessoas, independentemente do seu acesso a grandes meios de comunicação de massa ou de terem reconhecido saber sobre certo ponto.

2. **Possibilidade de aproximar as pessoas, unir pessoas que estão fisicamente distantes.**

Atualmente, há diversas ferramentas (exemplo: Skype, WhatsApp, Instagram) que permitem que pessoas que vivem em qualquer lugar mantenham contato. Isso extrapola o âmbito meramente pessoal. Você pode, por exemplo, ter uma consulta com um médico residente em qualquer lugar do mundo.

Além disso, ferramentas como o Instagram e o Facebook são muito utilizadas para partilhar histórias sobre depressão e inseguranças pessoais, encontrar pessoas ou animais desaparecidos, bem como prestar informações de interesse público.

3. **Por meio da tecnologia, pode-se ter acesso a opções de entretenimento, como assistir vídeos, ouvir músicas, ver filmes etc.**

4. **Novas possibilidades no mundo do trabalho**

A cada novo avanço tecnológico surgem novas profissões, como os profissionais do *marketing* digital, os engenheiros de cibersegurança, os engenheiros de dados, o especialista em Inteligência Artificial (IA) e os digital *influencers*. As novas profissões relacionadas com a digitalização gerarão uma grande quantidade de vagas, o que, naturalmente, demandará uma qualificação da mão de obra. O estudo "*Profissões Emergentes na Era Digital: Oportunidades e desafios na qualificação profissional para uma recuperação verde*" identifica oportunidades não só nas áreas de TI, mas também, na indústria de transformação, agricultura e saúde⁸. Essas novas profissões, relacionadas com a digitalização do setor,

⁸ Como profissões mais relevantes, destacam-se: a) Software e TI: Programador/Coder, Cientista de Dados e Analista de Segurança Cibernética; b) Indústria de Transformação e Serviços Produtivos: Expert em Digitalização Industrial, Operador Digital, Profissional de Manufatura Aditiva, Empreendedor Digital, Gestor de Economia Circular e Especialista em Serviços; c) Agricultura: Técnico em



poderão ser responsáveis por 767,5 mil oportunidades de trabalho, das 14,9 milhões de vagas, nos próximos 10 anos⁹.

A possibilidade do trabalho em *home office* também é um desdobramento da tecnologia no mercado de trabalho. Ele possibilita maior conforto, maior proximidade com os familiares e tornou possível a manutenção da atividade laborativa por parte de certos setores durante a pandemia.

5. **Proporcionar comodidade, facilitar a vida, acelerar os processos e torná-los mais eficientes.** As experiências positivas abrangem as diversas áreas do conhecimento humano e sua aplicação tem sido relevante em áreas como a preservação do meio ambiente, a democratização da educação, o aperfeiçoamento da segurança pública e, de forma bem significativa, na saúde. Por exemplo, sem a tecnologia dificilmente teríamos chegado tão rápido à vacina da Covid-19.

6. Mobilização em torno de causas cuja atuação era fragmentada.

As ferramentas tecnológicas têm sido utilizadas para mobilizar as minorias e lutar por causas democráticas. Atualmente, veem-se movimentos mundiais em torno de causas como o meio ambiente (exemplo: protestos mundiais pelo meio ambiente), a luta contra o racismo (exemplo: *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam) e a luta contra o abuso sexual de mulheres (exemplo: #MeToo). Outros exemplos são a Primavera Árabe e os protestos em Hong Kong em 2019, nos quais as plataformas digitais foram protagonistas na organização, para o aumento da adesão e para comunicar ao mundo o que estava ocorrendo.

Outra importante frente colaborativa é a organização de "vaquinhas on-line" ou *crowdfunding*, por meio das quais pode-se colaborar financeiramente para causas ligadas ao meio ambiente, a tratamento de doenças, ajuda com estudos e causa animal (exemplo: cachorros abandonados).

Sei que vocês pensaram que vários dos pontos acima mencionados possuem desdobramentos negativos e eu concordo. Pensando nisso, procurei, de certo modo, fazer uma correspondência entre os pontos positivos e negativos. Assim, vocês podem "bater" o número um dos positivos com o um dos negativos e assim por diante.

Aspectos negativos:

1. O característico imediatismo dos tempos atuais, a possibilidade de ter um infinito de informação e a necessidade de se informar sobre tudo que está acontecendo fazem com que as pessoas não consigam se aprofundar nos assuntos. Com isso, desenvolve-se uma **visão superficial**, limitada e, muitas vezes, preconceituosa, o que dificulta o debate na esfera pública.

Agricultura Digital, Técnico em Agronegócio Digital e Engenheiro Agrônomo Digital; d) Saúde: Engenheiro Hospitalar, Técnico de Assistência Médica Digital e Engenheiro de Dados da Saúde.

⁹ Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/inovacao-e-tecnologia/tecnologias-devem-gerar-700-mil-empregos-na-industria-de-transformacao-nos-proximos-10-anos/>



Essa **superficialidade de conhecimento**, o **desinteresse ou a incapacidade de buscar outras fontes** e os **vieses cognitivos** facilitam a disseminação das *fake news*, num contexto de **pós-verdade** em que mais importam os sentimentos do que os fatos.

Por outro lado, a facilidade na fabricação de celebridades da internet e de influenciadores faz com que informações de veracidade duvidosa sejam divulgadas para muitas pessoas, sem nenhum filtro, aumentando a desinformação. Por vezes, ocorre de o interlocutor não ter as credenciais necessárias para abordar determinado assunto ou de se tratar de um estelionatário, o qual pode induzir pessoas a decisões equivocadas. Esse contexto nos remete à questão da pulverização das fontes de informação e à afirmação do escritor italiano Umberto Eco. Para ele, a internet deu voz a uma legião de imbecis, que, agora, possuem o mesmo direito de falar que um prêmio Nobel.

Ligado a esse problema, temos a questão da exclusão digital, a ser tratada com profundidade adiante.

2. É conhecida a frase que diz que a tecnologia aproxima os que estão distantes, mas afasta os que estão próximos. É comum a cena de vários indivíduos sentados à mesa, cada um no seu mundo, no seu *smartphone*, isolados uns dos outros, apesar de muito próximos fisicamente.

De fato, é conhecida e reconhecida a temática da **solidão na era da hiperconexão**.

Solidão não necessariamente significa depressão, mas aponta para emoções negativas capazes de minar a saúde mental das pessoas. Não é à toa que, em diferentes nações no mundo inteiro, a solidária é o castigo máximo que pode ser aplicado dentro de uma prisão. Solidão também não se confunde com solitude, veja a caixa abaixo¹⁰:

*A **solitude** é um estado de isolamento voluntário e positivo, já a solidão é uma condição associada à dor e à tristeza. A solidão é um sentimento de vazio, é o desejo de ter a companhia das pessoas, mas não ter. Na solitude, uma pessoa opta por passar alguns momentos em reclusão pois entende que isso lhe proporcionará sentimentos positivos, crescimento espiritual, autoconhecimento e até mesmo alegria. A solidão é uma situação não voluntária, em que a pessoa se sente sozinha e não pertencente a um grupo. Nesses casos, estar sozinho significa sofrimento e, quando essa condição persiste, pode ser o gatilho para psicoses e distúrbios mentais*

Para que você perceba a gravidade do tema, a solidão começa a ser encarada como um **problema de saúde pública** em alguns países do mundo. Em 2018, o Reino Unido nomeou Tracey Crouch como a primeira “ministra da solidão”. Dados da época indicavam que nove milhões de britânicos eram afetados pelo problema. Inspirada por essa iniciativa, diante do agravamento de problemas psicológicos decorrentes do isolamento social imposto pela pandemia da covid-19, o governo do Japão decidiu criar um cargo, o de “ministro da solidão”, a quem cumprirá elaborar estratégias e políticas públicas em conjunto com outros ministérios, como o da saúde e o da revitalização das regiões, para enfrentar o fenômeno agravado pela pandemia.

¹⁰ Disponível em: <https://www.significados.com.br/solitude/#:~:text=A%20solitude%20%C3%A9%20um%20estado,das%20pessoas%2C%20mas%20n%C3%A3o%20ter.>



Vamos agora a algumas informações sobre como a tecnologia afeta a saúde mental do indivíduo.

Uma pergunta pertinente é se o aumento do uso das redes sociais causa mais solidão ou se usamos as redes sociais porque estamos mais sós. Para além dessa discussão, podemos afirmar que as redes sociais são um novo ingrediente num mundo em que estamos rodeados de amigos virtuais, mas sem vínculo profundo com nenhum deles. Indo agora aos resultados de pesquisas científicas.

Segundo a BBC¹¹, acessar *sites* como Twitter, Facebook e Snapchat por mais de duas horas por dia dobra a probabilidade de alguém se sentir isolado.

Segundo "uma análise de 70 estudos com mais de três milhões de participantes, [a solidão] aumenta as probabilidades de mortalidade em até 29%, aproximadamente o mesmo que a obesidade", escreveu John T. Cacioppo, catedrático de Psicologia da Universidade de Chicago e autor do livro *Loneliness (Solidão)*¹².

Outra pesquisa, *Tecnologia e o Jovem*¹³, que, ainda, aponta que aqueles que ficam conectados mais de nove horas por dia têm risco 2,4 vezes maior de apresentar tristeza, ansiedade, angústia e estresse, em comparação a quem fica menos de duas horas *online*.

Geração Z e redes sociais - Fonte: Uol Tab¹⁴

Desde 2012, diversos trabalhos vêm apontando um aumento significativo de depressão, solidão, comportamento autoagressivo e suicídio entre os jovens. A geração Z (nascida a partir de 1996) tem enfrentado uma adolescência mais turbulenta do ponto de vista emocional que as gerações anteriores. O período coincide com a fase em que a maioria das redes sociais lançou "novidades tecnológicas", com alto potencial de impactar as emoções e comportamentos de consumo digital e de interações entre as pessoas. O botão do "curtir", as "repostagens", a distribuição de conteúdos influenciada por algoritmos de engajamento, entre outros, são exemplos de mecanismos que podem tornar o uso de tecnologia muito mais "viciante", ainda mais entre os mais novos. Navegar pelas redes produz reações intensas, que oscilam entre prazer e frustração, e essas emoções influenciam o modo como se consome tecnologia e os impactos na saúde mental. Esse efeito parece ser ainda mais cruel sobre as meninas e as garotas, que tendem a se comparar mais e a se cobrar cada vez mais.

A navegação pelas redes sociais também pode despertar sentimentos de exclusão - inveja, por exemplo -, como quando se vê fotos de amigos se divertindo em eventos para os quais não se foi convidado. Segundo a Society for Public Health, o Instagram é a "pior rede social considerando saúde

¹¹ Disponível em: Pesquisa publicada no Periódico Americano de Medicina Preventiva. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39178058>.

¹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/album/1533811374_429696.html

¹³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/11/22/jovens-que-ficam-mais-de-gh-conectados-tem-240-mais-risco-de-ter-ansiedade.htm>

¹⁴ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/jairo-bouer/2021/08/04/o-celular-e-o-aumento-da-solidao-do-jovem.htm?cmpid=copiaecola>



mental e bem-estar"¹⁵. A plataforma de fotografia está associada a elevados níveis de ansiedade, depressão, *bullying* e até FOMO.

Fear of Missing Out ou **FOMO**, que em português significa algo como "medo de ficar de fora", que se caracteriza por uma necessidade constante de saber o que outras pessoas estão fazendo. É o medo de que outras pessoas tenham boas experiências que você não tem ou não está tendo ou medo de perder algo. Esse sentimento aumenta a necessidade de permanecer conectado e compartilhar novidades com os outros. Está associado a sentimentos de ansiedade, angústia, mau humor até depressão.

Um sintoma dessa verdadeira epidemia de solidão é a normalização da ideia de que, a todo momento, temos direito a ter uma experiência personalizada, o que foi potencializado pelas redes sociais. Com o objetivo de manter as pessoas conectadas mais tempo, os algoritmos têm sido aperfeiçoados para criar uma experiência customizada para cada um. Afinal, quanto mais relevante for o conteúdo apresentado para a pessoa, maior será o tempo gasto na plataforma, clicando, interagindo e vendo anúncios. Essa mesma lógica se aplica ao aplicativo de músicas, à publicidade na internet, por aí vai. Fato é que o universo *online* acaba se tornando uma saída para as atividades desinteressantes do cotidiano. Se antes os filhos se viam obrigados a conversar com os pais, agora, podem simplesmente desbloquear o celular para evitar o tédio. E, assim, personaliza-se a vida, os relacionamentos e os momentos para serem somente o que nos é interessante.

Contudo, de forma geral, o mundo virtual não preenche as lacunas humanas por companhia, escuta e afeto. Se fosse assim, as doenças relacionadas à saúde mental estariam diminuindo e não aumentando.

Isso nos remete a outra discussão, a da **superficialidade das relações contemporâneas**.

Nas redes sociais é possível mostrar apenas o que queremos, uma versão otimizada de quem somos. Também é sedutora a possibilidade de editar mensagens ou cancelar o envio, o que permite escolher exatamente o tom e as palavras a serem "ditas" e nos permite sermos quem queremos ser, e não o que somos. Isso faz com que as relações percam a autenticidade justamente por permitir que se viva o tempo todo como uma personagem, sendo aquilo que o seu círculo de amigos deseja que você seja.

O uso constante das redes sociais faz com que as pessoas se comparem mais com as outras, tenham inveja da vida que os amigos levam (e que geralmente não é aquilo que eles mostram), e as estimula a projetarem uma imagem ficcional de si mesmos. Assim, mais narcisista e superficial, segue a humanidade na sua relação de dependência da tecnologia.

As relações humanas são confusas, não é fácil se relacionar intimamente, ter que resolver os problemas de forma franca. A tecnologia ataca no ponto de maior vulnerabilidade: sentimo-nos sós, mas temos medo da intimidade. Portanto, das redes sociais a robôs sociáveis (exemplos: Siri e Alexa),

¹⁵ Disponível em: <https://observador.pt/especiais/solidao-na-era-digital-nunca-estivemos-tao-conectados-e-tao-sos/>



estamos a conceber tecnologias que nos dão a ilusão de companheirismo sem as exigências de uma amizade. É como customizar as nossas relações, ficando apenas com aquilo que nos interessa, sem ter que passar pelas horas difíceis ou tediosas; é ter alguém para nos ouvir, mas sem que tenhamos que ouvi-lo.

Assim, muitas vezes o mundo virtual serve para que não tenhamos que lidar com as coisas que não gostamos no mundo *offline*, o que inclui aspectos físicos, emocionais e o próprio modelo de vida.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, vive-se a chamada **Modernidade Líquida**, contexto em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos. De acordo com ele, na modernidade líquida, "a mudança é a única coisa permanente e a incerteza a única certeza".

A modernidade líquida, período iniciado a partir da 2ª GM e observado com maior intensidade a partir dos anos 60, opõe-se à modernidade sólida, período anterior e que se caracteriza por uma maior estabilidade dos diversos vínculos humanos.

As relações líquidas - Fonte: Mundo Educação - UOL¹⁶

Na modernidade líquida, os vínculos humanos têm a chance de serem rompidos a qualquer momento, causando uma disposição ao isolamento social, onde muitas pessoas escolhem vivenciar uma rotina solitária. Isso também enfraquece a solidariedade e estimula a insensibilidade em relação ao sofrimento do outro.

Esse tipo de isolamento parece ser uma contradição da globalização, que aproxima as pessoas com a tecnologia e novas formas de comunicação. Mas, se tudo ocorre com intensa velocidade, isso também se reflete nas relações pessoais. As relações se tornam mais flexíveis, gerando níveis de insegurança maiores. Ao mesmo tempo em que buscam o afeto, as pessoas têm medo de desenvolver relacionamentos mais profundos que as imobilizem em um mundo em permanente movimento.

Bauman reflete sobre as relações humanas e acredita que os laços de uma sociedade agora se dão em rede, não mais em comunidade. Dessa forma, os relacionamentos passam a ser chamados de conexões, que podem ser feitas, desfeitas e refeitas – os indivíduos estão sempre aptos a se conectarem e desconectarem conforme vontade, o que faz com que tenhamos dificuldade de manter laços a longo prazo.

O sociólogo acredita que as redes sociais significam uma nova forma de estabelecer contatos e formar vínculos. Mas que elas não proporcionam um diálogo real, pois é muito fácil se fechar em círculos de pessoas que pensam igual a você e evitar controvérsias.

Para Bauman, a rede é mantida viva por duas atividades: conectar e desconectar. o contato no meio virtual pode ser desfeito ao primeiro sinal de descontentamento, o que denota uma das características

¹⁶ Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/zygmunt-bauman-o-pensamento-do-sociologo-da-modernidade-liquida.htm>



da sociedade líquida. "O atrativo da 'amizade Facebook' é que é fácil conectar, mas a grande atração é a facilidade de desconectar", diz Bauman.

Assim, segundo Bauman, vive-se em tempos em que os relacionamentos são descartáveis, dispensáveis. A qualquer mero sinal de aborrecimento, bloqueia-se ou ignora-se a pessoa, resolvendo o problema.

Segundo o próprio Bauman, quando perguntado sobre o que era "amor líquido":

Amor líquido é um amor "até segundo aviso", o amor a partir do padrão dos bens de consumo: mantenha-os enquanto eles te trouxerem satisfação e os substitua por outros que prometem ainda mais satisfação. O amor com um espectro de eliminação imediata e, assim, também de ansiedade permanente, pairando acima dele. Na sua forma "líquida", o amor tenta substituir a qualidade por quantidade — mas isso nunca pode ser feito, como seus praticantes mais cedo ou mais tarde acabam percebendo. É bom lembrar que o amor não é um "objeto encontrado", mas um produto de um longo e muitas vezes difícil esforço e de boa vontade.

Outro mal da sociedade contemporânea é o imediatismo, o qual vem mudando a forma de lidarmos com o tempo. Tudo tem que ser instantâneo, imediato, assim como os serviços oferecidos pela internet. Mais uma vez, Bauman pode auxiliar nessa discussão. Segundo ele, a modernidade líquida tem como componente o imediatismo, a indisposição em investir em projetos de longo prazo. Todo esse movimento é potencializado pela internet, que difunde essa perspectiva de urgência.

Há outros pontos a serem explorados dentro dessa questão da saúde mental e tecnologia, tais como a hipervigilância, o hipercontrole, a avaliação e o julgamento permanentes, a hostilidade *online* e o discurso de ódio e o *cyberbullying*. As previsões do tipo *Black Mirror* mostram que, sob a égide da ação anônima e da interação alienada, algumas das ações e fantasias humanas mais sombrias e depravadas emergem. Esses eventos são desencadeadores de ansiedade, depressão e até suicídio. Infelizmente, esses casos têm sido cada vez mais habituais. Esses assuntos serão tratados em profundidade em temas específicos.

3. Dependência tecnológica

É quando a necessidade de utilizar *smartphones*, internet ou jogos torna-se um vício, prejudicando os indivíduos em diversas esferas, tais como a pessoal e a profissional. A comodidade, as inúmeras opções de entretenimento tornam os dispositivos eletrônicos extremamente sedutores.

No ano de 2020, cada brasileiro que possui *smartphone* passou, em média, 4,8 horas por dia utilizando o seu aparelho, informa o novo relatório anual da App Annie¹⁷. As pessoas pegam o celular em média 220 vezes por dia, segundo uma pesquisa feita pela consultoria inglesa Tecmark. O número de toques

¹⁷ Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/noticias/15/01/2021/brasileiros-passam-em-media-48-horas-por-dia-em-seus-smartphones/#:~:text=No%20ano%20de%2020%2C%20cada,3%2C8%20horas%20por%20dia>.



diários no aparelho é ainda mais impressionante: são 2.600, segundo a empresa de pesquisa Dscout Research¹⁸.

Segundo especialistas, os celulares e seus aplicativos têm sido projetados para se tornarem viciantes. Neles há sofisticados conhecimentos de psicologia, neurologia para manter os usuários conectados o máximo de tempo, explorando as vulnerabilidades psicológicas das pessoas.

O assunto é tão sério que há, por exemplo, nos EUA, na Espanha, na China e no Brasil centros para tratar pessoas viciadas em internet.

Diante desse contexto, foi criada a palavra **nomofobia**, o medo patológico de ficar sem o seu telefone celular ou de ser incapaz de usar o telefone por algum motivo, como a ausência de sinal, o término do pacote de dados ou a carga da bateria. As pessoas que sofrem desse tipo de distúrbio apresentam angústia, desconforto, insegurança ou ansiedade ao ser privado do contato com o *smartphone* e a internet.

4. Desemprego e precarização do trabalho

Esses temas serão trabalhados com profundidade no bloco de temas apropriado, mas é importante ter a noção que a mesma tecnologia que cria cargos, também os extingue, criando o risco do aumento do desemprego.

Além do desemprego, há também a questão da precarização do trabalho e de um dos seus desdobramentos, a "*uberização*" do trabalho, potencializada pela presença das novas tecnologias. Esses temas também serão tratados em bloco específico.

Nesse tema, é necessário pontuar que a tecnologia possibilitou que as fronteiras do escritório fossem ampliadas para as residências. Antes, o trabalho era realizado durante o expediente convencional, iniciando-se, novamente, no dia seguinte. Atualmente, com as tecnologias, as pessoas, mesmo nos seus lares, conseguem trabalhar normalmente, seja por meio de computadores ou de celulares, tornando as suas casas uma extensão do escritório, algo que, naturalmente, tem consequências. O *home office*, que abre uma série de oportunidades e conveniências, tem como desdobramento negativo a perda da delimitação espacial do trabalho.

Muito se tem falado sobre a **Síndrome de Burnout** ou **Síndrome do Esgotamento Profissional**. Segundo o Ministério da Saúde, trata-se de um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho e as consequências podem ir da ansiedade ao suicídio. Um pensador que pode ser trabalhado nesse tema é o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Em sua "*Sociedade do Cansaço*", Han defende que a busca incessante por aumento da produtividade, característico da sociedade do desempenho em que nos inserimos, tem levado o indivíduo ao adoecimento psicológico.

¹⁸ Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/voce-tira-o-celular-do-bolso-mais-de-200-vezes-por-dia/>



5. Ao passo que a tecnologia tornou a vida mais simples, trouxe também novos riscos. Um deles é a perda da privacidade, a ser tratado na sequência. Outro é a possibilidade do cometimento de crimes virtuais, uma epidemia atual. Vou puxar uma caixa para conversarmos sobre o assunto.

Crime cibernético ou cibercrime

Crime cibernético ou cibercrime é uma atividade criminosa que tem como alvo, ou faz uso de um computador, uma rede de computadores ou um dispositivo conectado em rede. Os cibercrimes geram, anualmente, bilhões de reais em prejuízos, afetam as operações das empresas e ameaçam a privacidade e a integridade patrimonial das pessoas. Trata-se, pois, de um grave problema que a todos envolve, visto que grande parcela da população mundial acessa serviços online e, portanto, corre o risco de ter seus dados pessoais roubados ou usados de forma indevida.

A escalada dos crimes virtuais tem como um relevante motivo a maior difusão do uso da internet e das redes domésticas. Atualmente, é crescente o número de usuários da internet, os quais a utilizam para entretenimento, realização de compras e de operações financeiras. Esse contexto acelerou-se com a pandemia da Covid-19, pois, além de as pessoas passarem mais tempo na internet devido ao isolamento, houve uma migração massiva para o trabalho em "home office", o qual tornou mais inseguras as redes corporativas. Todos esses fatores tornaram os crimes cibernéticos mais atrativos, fato que se constata pelo aumento significativo desse tipo de ocorrência em 2020.

Em 2020, os CPFs de 223 milhões de pessoas vivas e falecidas e 40 milhões de CNPJs de empresas nacionais vazaram, maior ataque cibernético da história do país. As informações incluíam dados sobre imposto de renda, salário, nível de escolaridade, título de eleitor etc. Agora, em 2021, veio à tona mais um vazamento de proporções gigantescas - dessa vez dos registros de mais de 100 milhões de contas de celulares, supostamente obtidas do banco de dados das operadoras de telefonia Vivo e Claro. Essas informações, extraídas por hackers, possuem valor comercial. Podem ser adquiridas por criminosos, por meio das quais conseguem realizar empréstimos, clonar cartões, vender bens da vítima e usar a identidade alheia para cometer crimes, mas também por empresas, interessadas, por exemplo, em melhor conhecer a base de clientes para melhor direcionar as suas campanhas publicitárias.

2. Sugestão de repertório

Além das sugestões passadas ao longo da exposição, são clássicas, no que se refere à tecnologia, as exposições de pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy.

Manuel Castells é um sociólogo espanhol nascido em 1942. As principais obras de Castells estão compreendidas em "A Era da Informação", uma trilogia publicada ao longo da década de 1990, dividida em: "A Sociedade em Rede" (1996), "O Poder da Identidade" (1997) e "Fim de Milênio" (1998).

No seu estudo, Castells reflete sobre como as evoluções das novas tecnologias moldaram uma nova forma de sociedade. Segundo ele, a humanidade passou de um capitalismo industrial para um capitalismo informacional, em que as TICs têm grande influência nas relações de trabalho e na produção. Da mesma



forma, as relações sociais e a cultura passam a ocorrer nesse novo espaço, estruturado em redes de informação. A internet seria uma força que consegue influenciar a forma como a sociedade se organiza.

No capitalismo informacional, a geração de riqueza depende de informação e conhecimento e da capacidade tecnológica de processar essa informação e gerar conhecimento. É um capitalismo global e que funciona em rede, uma nova forma organizacional altamente flexível.

Castells fala em uma sociedade em rede, nome do seu livro mais conhecido. Essa sociedade em rede não se refere apenas à internet... a forma como o trabalho se organiza é em rede, a forma como os relacionamentos se estabelecem é em rede, ou seja, essa rede perpassa por todos os aspectos da vida humana. Por exemplo, você pode se relacionar com uma pessoa em qualquer lugar do mundo, ou assumir uma vaga de emprego em uma empresa em outro continente, tudo isso graças às tecnologias capazes de suplantarem essas barreiras físicas. Essas redes dão ao indivíduo a noção de liberdade e poder, mas que seria ilusória. É o que acontece, por exemplo, no mundo do trabalho mediado por plataformas como Uber, em que, apesar da sensação de independência, o indivíduo se vê numa situação de autoexploração.

Outro filósofo que não pode ser esquecido é **Pierre Levy**, um dos maiores estudiosos sobre os reflexos da internet na sociedade.

Em uma das suas obras, "A inteligência coletiva – Por uma antropologia do ciberespaço", apresenta-se o conceito de **inteligência coletiva**, princípio segundo o qual as inteligências individuais são somadas e potencializadas por meio do emprego de ferramentas de tecnologia, como a internet. Segundo Levy, a inteligência coletiva é um conhecimento, a cultura sendo transmitida por toda parte; é o compartilhamento do conhecimento que gera mais conhecimento, ou seja, é o pensamento das pessoas que coloca em movimento o pensamento da sociedade. Um bom exemplo disso é a Wikipedia, plataforma de conhecimento construída pelos próprios usuários.

Outro conceito trabalhado por Levy é o de **ciberespaço**: o espaço decorrente da reunião de diferentes mídias e interfaces, o qual permite a interação entre as pessoas. É o local onde se forma a inteligência coletiva, onde as pessoas interagem e promovem o intercâmbio de ideias. Resulta disso outro conceito famoso, o de **cibercultura**, um movimento social e cultural que estabelece uma relação nova com o conhecimento e o saber, transcendendo o conceito tradicional de educação e formação.

Apesar dos problemas que essa nova realidade pode apresentar, Levy se mostrou bastante otimista sobre a contribuição da internet para o progresso da democracia, principalmente pela possibilidade de as pessoas levarem diretamente às autoridades questões de interesse social, bem como pela maior transparência proporcionada.

Proposta de solução

A humanidade, a partir da Terceira Revolução Industrial, vem vivenciando uma vertiginosa transformação nos mais diversos campos, tais como: comportamento,



relacionamento, trabalho, comunicação, entre outros. Isso, em grande parte, deve-se à inserção cada vez mais intensa da tecnologia, processo cujas vantagens superam largamente as desvantagens. Exemplificam essas vantagens, o grande avanço da medicina e a possibilidade de conectar pessoas distantes.

Em primeiro plano, observem-se as inúmeras contribuições da tecnologia no campo da medicina. Com efeito, graças a esse advento, surgiram tratamentos e medicamentos que aumentaram substancialmente a qualidade de vida. Nesse sentido, se hoje a humanidade dispõe de uma vacina para a Covid-19, isso se deve à tecnologia, a qual, por meio dos seus instrumentos, viabilizou a produção em grande velocidade, fato que mitigou os males pandêmicos.

Outrossim, a tecnologia é extremamente útil para conectar pessoas. De fato, a revolução no campo das comunicações permitiu a interação de pessoas em diferentes países e em tempo real, algo impensável num passado recente. Contudo, nesse espectro, a tecnologia não se limita a isso: serve para aglutinar pessoas em torno de causas, sendo um elemento de fortalecimento da democracia e de luta pelos direitos humanos, aspecto que ficou muito claro nos eventos conhecidos como Primavera Árabe, por exemplo.

Diante do exposto, é nítido serem pujantes as contribuições da tecnologia para o progresso e bem-estar da sociedade. Contudo não se olvide o fato de ela ser um instrumento que pode ser usado para o mal ou para o bem. Nesse contexto, à medida que a tecnologia avança, aumenta-se a responsabilidade do ser humano, a quem cabe extrair o que de melhor ela pode proporcionar.



Tema 3

A Era da Informação tem início nos últimos anos do século XX. Ela parte do princípio da substituição da cultura material pelo avanço do segmento informacional que advém das novas tecnologias. Esse período de revoluções no campo técnico engloba os avanços nas telecomunicações, na computação – incluindo *softwares* e *hardwares* – e na microeletrônica. Com a interconexão entre essas ferramentas veio à tona o progresso em campos como transportes, produção industrial, medicina e fontes de energia.

[...]

O sociólogo espanhol Manuel Castells afirma que a Era da Informação é um evento histórico com a mesma importância da *Revolução Industrial* do século XVIII, pois ocasionou uma alteração em campos como cultura, sociedade e economia. Em seu livro, “A Sociedade em Rede”, Castells coloca a relevância dessa nova era no campo da informação não somente com foco no conhecimento de dados, mas na aplicação do *know-how* que o origina.

Para ele, as descobertas no segmento geram um ciclo que se retroalimenta. Nesse sentido, o usuário de uma tecnologia primeiramente aprende por meio da utilização, depois passa a configurar as redes e descobrir aplicações novas.

Esse fenômeno pode ser observado em um dos subprodutos notáveis da Era da Informação: as mídias sociais. A partir do início de seu funcionamento na primeira década do século XXI, os usuários passaram por um processo de transformação. Primeiramente, utilizadores tornaram-se produtores e modificadores de conteúdo ao longo do tempo, criando uma troca constante e massiva de dados entre as redes e as pessoas.

O indivíduo passou a ser, dessa forma, também produto, ou seja, um ativo das companhias que gerenciam as redes sociais, haja vista que sem a sua interação, essas empresas simplesmente inexistem.

Esse fenômeno é apontado por alguns especialistas. As críticas são a respeito da intromissão das grandes companhias do gênero nas esferas particulares dos usuários. Ocorre, assim, uma crise entre o público e o pessoal e são levantadas questões sobre os limites entre o real e o digital.

Derivado de uma pesquisa envolvendo especialistas da área, um paradigma tecnológico foi apontado na Era da Informação. Ele diz respeito a algumas características problemáticas do funcionamento entre a tecnologia e os indivíduos. Entre elas, as mais notáveis são: a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, que poderiam moldar processos individuais e coletivos, e o que diz respeito à lógica das redes, que implica no crescimento exponencial da tecnologia e um possível panorama de exclusão digital.

Esse processo poderia gerar contradições devido às interpretações do algoritmo aliadas aos problemas em sociedades nas quais o avanço tecnológico não caminha em paralelo à compreensão dos cidadãos, mas parece refrear o desenvolvimento referente a questões que envolvem a ética.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/era-da-informacao/>. Acesso em: 20/08/2021. (Com adaptações)

Facebook conhece você melhor que seus amigos e família, diz pesquisa



Uma pesquisa publicada pelo "Proceedings of the National Academy of Sciences" afirmou que o Facebook pode conhecer mais informações sobre você que a sua própria família e amigos. Os cientistas criaram um modelo de computador que analisou os dados de 86.220 voluntários no Facebook, que também completaram um questionário de 100 perguntas pelo aplicativo myPersonality. Cruzando as informações das duas fontes, os estudiosos chegaram a resultados curiosos sobre a rede social.

Os voluntários também tiveram suas personalidades julgadas por amigos e familiares no Facebook, por meio de 10 questões, e essas pessoas não conseguiram ser tão eficientes nas análises dos contatos quanto os computadores. Os números são bem interessantes. O computador analisava curtidas em páginas de cada usuário para fazer a análise da sua personalidade.

Em média, a cada 10 *likes*, era possível saber mais da pessoa do que um colega de trabalho, a cada 70 *likes*, melhor do que um amigo ou colega de quarto, e a cada 150 *likes*, era mais eficiente até do que um parente. Já para conseguir saber mais de alguém do que seu marido ou sua esposa, a coisa ficou mais difícil: foram necessárias 300 curtidas analisadas para se obter o mesmo índice.

Segundo os pesquisadores, isso pode ser considerado normal, porque os algoritmos dos computadores conseguem ler mais dados simultaneamente. No entanto, a capacidade surpreendeu os usuários. Além disso, também ligou um alerta: o Facebook certamente sabe mais de você do que você imagina.

Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/01/facebook-conhece-voce-melhor-que-seus-amigos-e-familia-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 20/08/2021. (Com adaptações)

Considerando os textos acima como meramente motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema: **o dilema da privacidade na era da informação.**

Abordagem teórica

1. Internet e privacidade

Os ganhos trazidos pela internet são inegáveis. Por outro lado, recentemente, tem-se discutido de forma crescente as implicações em relação à perda de privacidade por parte das pessoas.

Mas, afinal de contas, o que é **privacidade**? A privacidade é um direito humano reconhecido pela ONU desde 1948, na Declaração Universal dos Direitos do Homem¹⁹. Atualmente, a privacidade vai muito além do direito de se isolar, de ficar só. Implica no direito de ter o controle sobre tudo que diz respeito à própria pessoa, de escolher quais partes disso podem ser acessadas por outras pessoas e em como aquilo que se permitiu o acesso pode ser usado. No Brasil, **a Constituição Federal de 1988 foi um marco por ter sido a primeira a incluir o direito à privacidade.**

¹⁹ Nos termos do artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Universal Declaration of Human RIGHTS): "Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, família, lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Toda Pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques".



Na era da tecnologia e das redes sociais, as violações mais comuns ocorrem no ambiente virtual. Divulgação de fotos íntimas, vazamento e comercialização de dados pessoais ou e-mails, além da prática de *cyberbullying*, por exemplo, são formas de violação à intimidade, à privacidade, à imagem ou à honra das pessoas. A divulgação de fotos íntimas, por motivo de vingança (conhecida também como *revenge porn*), por exemplo, tem se tornado cada vez mais comum no ambiente virtual e é um clássico exemplo de violação à intimidade e à imagem.

Sem dúvidas, a privacidade tem grande dificuldade de se manter inviolável na era tecnológica, com a exposição crescente na internet. As pessoas, por si sós, pelo uso das redes sociais **de maneira livre e consciente**, fornecem uma série de informações sobre as suas vidas: círculo social, trabalho, família, locais onde esteve etc. O que talvez muitos não sabem é como esses dados são usados.

Mais complexo ainda quando as pessoas sequer têm a noção de que estão gerando uma série de informações que podem servir para um delineamento do seu perfil digital e podem ser objeto de comercialização, servindo, inclusive para oferecer produtos de forma customizada.

De fato, *a Era da Informação é também a era do fim da privacidade e da mercantilização da intimidade, da monetização do comportamento, dos sentimentos (modernidade líquida²⁰). A internet e a superconexão, onde cada vez mais pessoas e coisas estão conectadas por mais tempo, geram uma infinidade de dados que há muitos anos estão sendo armazenados (o Big Data) e que, agora, começam a ser tratados e vendidos, gerando um mercado bilionário para empresas e até governos²¹.*

Exibicionismo

Exibir detalhes da vida virou, sem dúvida, uma febre entre parcela dos usuários das redes sociais. A sociedade atual está vivenciando a era do exibicionismo digital, pois as pessoas sentem uma necessidade crescente de se autopromover nas redes sociais, mesmo que para isso tenham que abrir mão da própria privacidade.

A sociedade vive um momento de supervalorização do "eu" e não estar nas redes sociais significa uma condição de invisibilidade. Um dos motivos que explica isso é a possibilidade de criar fantasias nesse mundo e transmitir uma imagem daquilo que gostaríamos de ser. A reação positiva, advinda das curtidas, afaga o ego e supre lacunas existentes no mundo fora do virtual. Também, incentiva uma corrida para se tornar uma celebridade online, seja entre seus amigos, seja em um grupo de desconhecidos em escala global.

Como diria o sociólogo Zygmunt Bauman: "Os tempos atuais escorrem pelas mãos, um tempo líquido em que nada é para persistir. Não há nada tão intenso que consiga permanecer e se tornar verdadeiramente necessário. Tudo é transitório. Não há a observação pausada daquilo que experimentamos, é preciso fotografar, filmar, comentar, curtir, mostrar, comprar e comparar".

²⁰ O conceito de modernidade líquida foi desenvolvido pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman e diz respeito a uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos.

²¹ Disponível em: <https://reformapolitica.org.br/2017/07/31/sorria-voce-esta-sendo-monitorado-e-tem-muita-gente-lucrando-com-isso/>. Acesso em 21 de agosto de 2021.



Contudo há ainda uma série de desdobramentos mais problemáticos. A alienação, consistente na substituição do contato mais profundo com as pessoas pelo mundo de aparência das redes, e a idealização de uma realidade inexistente ou de um modelo de beleza socialmente estabelecido pode comprometer seriamente a saúde mental dos usuários. O Instagram é a rede social mais prejudicial à saúde mental dos usuários, de acordo com o estudo da instituição Royal Society For Public Health. O estudo mostrou que o compartilhamento de fotos pelo Instagram impacta negativamente o sono, a autoimagem e aumenta o medo dos jovens de ficar por fora dos acontecimentos e tendências (FOMO, fear of missing out).

A "vida perfeita" compartilhada nas redes sociais faz com que os jovens desenvolvam expectativas irreais sobre suas próprias vivências. Não à toa, esse perfeccionismo atrelado à baixa autoestima pode desencadear sérios problemas de ansiedade. Os pesquisadores advertem: os usuários que passam mais que duas horas diárias conectados em mídias sociais são mais propensos a desenvolverem distúrbios de saúde mental, como estresse psicossocial²².

A privacidade digital se tornou um tema recorrente no debate público durante a década de 2010. Em 2013, o ex-técnico da CIA **Edward Snowden** divulgou um esquema massivo de coleta de dados por parte do governo americano. Em 2018, um escândalo envolvendo o direcionamento de publicidade política manchou a reputação do Facebook.

Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA²³

No mês de junho, uma revelação sobre um esquema de monitoramento de dados organizado pelo governo dos Estados Unidos agitou o noticiário internacional. Tratava-se do Caso Snowden, "batizado" com este nome por causa do delator do esquema de monitoramento: Edward Snowden. O americano é um ex-consultor técnico da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (EUA). Na época, Snowden revelou os documentos secretos sobre o modus operandi da segurança norte-americana para os jornais *The Guardian* (Reino Unido) e *Washington Post* (EUA).

Na reportagem publicada no dia 5 de junho de 2013 pelo *The Guardian*, Snowden apontou que a Agência Nacional de Segurança (NSA) coletou dados de ligações telefônicas de milhões de cidadãos americanos a partir do programa de monitoramento chamado de PRISM. O ex-consultor da CIA também revelou que a Casa Branca acessava fotos, e-mails e videoconferências de quem usava os serviços de empresas como Google, Skype e Facebook.

As denúncias não pararam por aí. No dia 7 de junho, o jornal americano *Washington Post* detalhou a existência de um programa de vigilância secreta dos Estados Unidos que envolve setores de inteligência de gigantes da internet como Microsoft, Facebook e Google.

²² Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/instagram-e-a-rede-social-mais-prejudicial-a-saude-mental/>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

²³ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>. Acesso em 21 de agosto de 2021.



Após realizar as denúncias, Snowden fugiu para Hong Kong (China). A partir da pressão dos Estados Unidos pedindo sua extradição, o ex-técnico viajou secretamente para a Rússia onde ficou refugiado no Aeroporto Internacional de Moscou até conseguir asilo político temporário de um ano no país. O pedido foi aceito no início de agosto.

Por meio dos *smartphones*, obtém-se informações sobre gastos, com quem falamos, nossos itinerários, os *sites* que navegamos e as mensagens que trocamos. Já reparou como quando você faz a busca sobre um produto e, a partir disso, em todo *site* que você entra há propagandas sobre o produto buscado? Isso ocorre porque os dados gerados pela pesquisa são compartilhados em diversas plataformas, há todo um mercado ocorrendo por trás, sem a nossa consciência. Por isso, podemos falar sobre a mercantilização da intimidade ou da privacidade.

Muitas vezes baixam-se aplicativos grátis, mas, como, em regra, não se leem os termos de uso, não se sabe sobre o real uso dos dados. Às vezes é ainda pior: mesmo quando não se autoriza o uso dos dados pessoais, isso acaba sendo feito. É como diz aquele velho ditado: *"se não somos os clientes pagando, somos o produto vendido"* ou *"se você não paga pelo produto, o produto é você"*.

Às vezes, propostas para gerar comodidade às pessoas, como *"logar com o facebook"*, acabam sendo mais uma forma de captura de dados. Usando os *likes* e sofisticados mecanismos de inteligência artificial, é possível saber quem é você, seu estado mental, inclinação política, estado conjugal, etnia etc. Mesmo que você não curta nada, ainda assim, é possível levantar essas informações pelo seu círculo de amizades. Lembram-se do escândalo da Cambridge Analytica?

Os seus dados acabam servindo para que possam ser oferecidos produtos e serviços customizados para você, mas também para te manter mais tempo conectado. As suas preferências servem para lhe oferecer conteúdos que sejam interessantes e isso acaba sendo uma bola de neve, pois, quanto mais usa, mais dados se tem sobre você, o que aumenta o refinamento das sugestões de *posts* e produtos. As **big techs** não são empresas de caridade, elas ganham dinheiro (e muito!) por meio de anunciantes. Então, quanto mais tempo você fica conectado, maior a probabilidade de ter contato com anúncios e maior a probabilidade de compra.

Apesar de toda a discussão sobre a importância da privacidade, há parcela da sociedade que ainda não despertou para o fato. Ainda se ouvem frases do tipo, *"eu não tenho nada a esconder, minha vida é um livro aberto"*. De fato, talvez você acredite que não tenha nada a esconder, mas será que queremos que as empresas e as máquinas saibam mais sobre nós do que nós mesmos? Uma frase famosa de Edward Snowden sobre o assunto é a seguinte: *"Argumentar que você não se importa com o direito à privacidade porque não tem nada a esconder não é diferente de falar que você não se importa com a liberdade de expressão porque não tem nada a dizer"*.

Contudo é também inegável o ganho em **comodidade** proporcionada por empresas e serviços de tecnologia, como a capacidade de acionar eletrodomésticos e aplicativos com um comando de voz ou então fazer compras instantaneamente no celular

Referências Legais



1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): "Artigo 12. Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques."

2. Constituição Federal de 1988: de acordo com o inciso X do art. 5º, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Assim, a Constituição eleva ao nível de direito e garantia fundamento a intimidade e a privacidade.

3. Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737 de 2012): a referida lei foi criada após fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann terem sido divulgadas na internet. Ela teve seu e-mail invadido por hackers, que exigiram o pagamento de uma alta quantia para que as fotos não fossem vazadas. A atriz denunciou a chantagem à polícia e suas fotos acabaram sendo publicadas na internet, obviamente sem seu consentimento. O caso teve grande repercussão na mídia, que exerceu pressão para que se criminalizasse esse tipo de violação à intimidade. Como consequência, foi inserido no Código Penal o crime consistente na conduta de invasão a dispositivos informáticos, cuja pena base é a de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

4. Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014): é o primeiro dispositivo regulatório amplo sobre a rede no país e estabelece regras a respeito da retenção de dados dos usuários por provedores. A referida lei prevê princípios que regulam o uso da internet no Brasil, enumerados no artigo 3º, dentre outros, o princípio da proteção da privacidade e dos dados pessoais, e assegura, como direitos e garantias dos usuários de internet, no artigo 7º, a inviolabilidade e o sigilo do fluxo de suas comunicações e inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial.

O artigo 10º, § 1º, que trata de forma específica da proteção aos registros, aos dados pessoais e às comunicações privadas, é bem claro quanto à possibilidade de fornecimento de dados privados, se forem requisitados por ordem de um juiz, e diz que o responsável pela guarda dos dados será obrigado a disponibilizá-los se houver requisição judicial.

5. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei n. 13.709/2018)²⁴: dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Além de ser a primeira lei geral nacional sobre o tema, a importância da LGPD está na apresentação de regras para o tratamento de dados pessoais. Essas regras vão desde os princípios que disciplinam a proteção de dados pessoais, passando pelas bases legais aptas para justificar o tratamento de dados, até a fiscalização e a responsabilização dos envolvidos no tratamento de dados pessoais.

A LGPD também prevê a possibilidade de a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais requerer informações como a confirmação da existência de tratamento dos seus dados pessoais, o acesso aos dados,

²⁴ Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/ouvidoria/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/a-importancia-de-conhecer-a-lgpd#:~:text=Em%20resumo%2C%20a%20LGPD%20inaugura,da%20personalidade%20da%20pessoa%20natural.>



a correção de dados incompletos, a eliminação de dados desnecessários e a portabilidade de dados pessoais a outro fornecedor de produtos e serviços.

Em resumo, a LGPD inaugura uma nova cultura de privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Por fim, a título de proposta de intervenção, mais uma vez a responsabilidade é compartilhada. Com o Governo fica a parte legislativa e fiscalizatória, bem como a execução de políticas públicas, notadamente, no campo da educação.

Às empresas reserva-se o compromisso ético. Aqui temos um ponto bastante delicado, pois, além de não haver transparência sobre o que realmente acontece, essas empresas se utilizam dos dados coletados para obterem lucro. Então, restaria ao Estado estudar mecanismos legais que garantissem o respeito ao direito de privacidade dos indivíduos.

Às pessoas cabe a busca da informação sobre todos os reflexos dessa coleta e vigilância permanentes. Uma alternativa bastante viável é o uso de extensões como "disconnect" ou "do not track", as quais permitem bloquear quem captura os seus dados de navegação, e o "DuckDuckGo", um buscador que promete não recolher os seus dados.

2. Sugestão de repertório

Michel Foucault (1926 - 1984), filósofo francês, detém um acervo considerável de trabalhos publicados durante a carreira de escritor. Vamos comentar, no que se refere à questão, brevemente, sobre um dos seus livros mais conhecidos (talvez, o mais): **Vigiar e Punir**.

O livro trata, em linhas gerais, sobre as ferramentas de que o Estado se utiliza, e se utilizou ao longo da história, para manter o homem sob controle. Foucault irá traçar a genealogia do Poder de Punir, ou seja, como esse conceito evoluiu ao longo da história. No início, explica o autor, a técnica empregada era do suplício, ou seja, a tortura física. A forma de punir evoluiu, chegando ao atual modelo, a de privação da liberdade pela pena de prisão.

Foucault explica que a prisão envolve uma técnica de poder disciplinar, de doutrinação, que se espalha em uma série de outras instituições da sociedade, como, por exemplo, escolas, quartéis, hospitais etc. Nesses locais, o fundamento do controle é o medo, a submissão e a constante vigilância.

O arquétipo dessa vigilância aumentada é, para Foucault, o projeto arquitetônico do **panóptico de Bentham**, que teoriza a existência de um espaço disciplinador consistente em uma prisão circular com uma torre no meio, que permitia ao guarda que lá está conseguir ver todas as celas, mas os prisioneiros não conseguem ver o guarda.

O prisioneiro parte do princípio que há um guarda monitorando-o constantemente e não tenta fugir, denotando o fato de que, muitas vezes, a própria impressão do poder já é poder, a vigilância constante, o espaço de vigia.



É o que ocorre, por exemplo, com uma câmera num elevador ("sorria, você está sendo filmado"): você nem sabe se ela existe ou se há alguém do outro lado, mas se mantém de acordo com a disciplina social.

Na atualidade, a sociedade se mantém sob a constante vigilância das câmeras, tal e qual ocorre dentro dos presídios, por um Estado domesticador. Assim, apesar de o Estado passar uma noção de que essa vigilância é algo bom para todos, que visa a garantir a segurança das pessoas, esse modelo reforça a necessidade do temor da punição para que o acordo social seja cumprido.

Outro autor que pode ser explorado num tema dessa natureza é **George Orwell**, autor do livro **1984**. Essa obra, publicada em 1949, inspirou os atuais "reality shows". Nesse livro, tudo gira em torno do Grande Irmão (Big Brother), líder do partido, que observa a todos por meio das "teletelas", espalhadas nos lugares públicos e em todos os lares. O livro é considerado, atualmente, como profético e explora um dilema presente na contemporaneidade, a perda de privacidade e o controle exercido pelo Estado pela vigilância constante dos cidadãos.

Em uma perspectiva mais contemporânea, **Gilles Deleuze** aduz que a sociedade disciplinar foi sobreposta pelo modelo de controle. Enquanto na concepção foucaultiana o panóptico vigiava os sujeitos fisicamente, na sociedade de controle a disciplina passou a ser imposta virtualmente. Segundo ele, nesse novo arquétipo o aspecto disciplinar não desapareceu, mas apenas mudou a atuação das instituições. Os dispositivos de poder que ficavam circunscritos aos espaços fechados das instituições (escola, quartel, prisão) passaram a adquirir total fluidez, o que lhes permitiu atuar em todas as esferas sociais²⁵.

Ou seja, na contemporaneidade, a armazenagem de informações cresceu exponencialmente, de modo que as pesquisas no Google, conversas no Facebook, e compras com cartão de crédito passaram a engrossar gigantescos sistemas de dados que constituem verdadeiros "superpanópticos", que diferem do modelo tradicional porque nestes "os vigiados, fornecendo os dados a armazenar, são fatores primordiais – e voluntários – da vigilância"²⁶.

O poder tornou-se extraterritorial. Há vigilância irrestrita e contínua de câmeras e escutas telefônicas que maximizam o controle dos indivíduos a um patamar abissal, similar a esposada por George Orwell na distópica obra 1984. Todos podem vigiar e ser vigiados, de modo que espaços públicos passaram a estar em permanente sentinela moral. Em síntese, não importa mais onde está quem dá a ordem, pois o poder tornou-se líquido e dinâmico²⁷.

Outro conceito que pode ser explorado, particularmente na questão do exibicionismo, refere-se à sociedade do espetáculo, de **Guy Debord**. Escrito em 1967, o livro observa um contexto de popularização da televisão.

Segundo Debord no seu livro "**A sociedade do espetáculo**": "Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era

²⁵ Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/01/12/sociedade-de-controle-sorria-voce-esta-sendo-filmado/>. Acesso em 24 de agosto de 201

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.



vivido diretamente tornou-se uma representação". Na cultura do espetáculo, em suma, privilegia-se a imagem em relação à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser²⁸.

É uma sociedade, onde a mercadoria e a aparência se tornaram mais valorizadas no contexto das relações sociais, tornando-se uma forma de relação social em que o ter e o aparentar se suprem momentaneamente o viver, objetificando e artificializando as experiências, que deixam de ser vividas em sua essência. A imagem que o indivíduo tenta transmitir de si mesmo ou do modo de vida que vive ultrapassa a realidade e torna a imagem, a representação, uma nova realidade ficcional, ou seja, uma realidade construída por ficções²⁹.

São elementos dessa espetacularização: a plateia, que normalmente age de forma passiva; uma performance, ou seja, uma representação da realidade; e a prevalência da emoção sobre a racionalidade. Se fizermos um paralelo, podemos perceber que a vida privada também se espetacularizou: uma postagem no IG tem a performance, a plateia e a prevalência da emoção. Mais que o ser, ter ou parecer, o mais importante é aparecer. As pessoas por vezes se esforçam para transmitir uma imagem que, em regra, não corresponde com a realidade.

Proposta de solução

A Era da Informação proporcionou uma série de avanços: encurtou distâncias, possibilitou o acesso à informação produzida em qualquer lugar do planeta, proporcionou uma experiência customizada a clientes, entre outros. Não obstante suas vantagens, um dos desdobramentos introduzidos pela Era da Informação é a crescente perda da privacidade por parte dos indivíduos. Esse problema decorre, principalmente, da coleta massiva de dados individuais privados na internet e é agravado pelo crescente exibicionismo nas redes sociais.

Inicialmente, explique-se que o uso da internet tem possibilitado uma intensa captação de informações pessoais, o que pode se reverter num maior controle sobre os indivíduos. De acordo com Gilles Deleuze, vive-se sob a égide de uma sociedade de controle, em que os rastros digitais gerados pelos usuários permitem que máquinas construam padrões de comportamento e criem perfis de consumo, o que pode servir para uma sutil manipulação.

²⁸ FRAYZE-PEREIRA, João A.. Pensamento clínico e cultura do espetáculo: a questão do íntimo. Ide (São Paulo) [online]. 2017, vol.39, n.63 [citado 2021-08-24], pp. 07-09. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-31062017000100001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3106.

²⁹ Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/4484-a-sociedade-do-espetaculo-na-contemporaneidade>



Ferramentas dessa natureza são facilmente observadas pelo direcionamento insistente de propagandas customizadas, as quais são utilizadas por empresas "online" para potencializar as chances de aquisição de um produto e aumentar seus lucros. Assim, observa-se que esse uso de informações, obtidas de forma nem sempre consentida, viola a privacidade das pessoas e cerceia, ainda que de forma velada, a sua liberdade de escolha.

Além disso, a perda da privacidade é maximizada pelo intenso exibicionismo, marca da sociedade atual. Com efeito, principalmente com o advento das redes sociais, contexto em que há uma hipervalorização da imagem, observa-se uma forte tendência à autopromoção dos indivíduos e à artificialização da realidade. Conforme discutido por Guy Debord em "A sociedade do espetáculo", a vivência teve seu lugar ocupado pela representação e pela imagem; mais vale aparecer do que ser, ainda que nada seja real. No afã de se exibirem, em redes sociais como o Instagram, muitas pessoas acabam, ainda que de forma inconsciente, abrindo mão da sua privacidade, na medida em que revelam informações de caráter pessoal, como endereço, locais frequentados, viagens, contatos, informações sobre filhos, entre outros.

Portanto observa-se que a modernidade descortinou uma série de desafios no que se refere à privacidade. Cientes da criticidade do tema, é necessário que os indivíduos se informem sobre o tema e saibam identificar os riscos que incorrem a partir da utilização das ferramentas do mundo digital. Nesse contexto, destaque-se o papel das escolas, a quem cabe introduzir o tema e fomentar a discussão, possibilitando às novas gerações maior conhecimento sobre o assunto.



EIXO TEMÁTICO 3 – URBANIZAÇÃO E MOBILIDADE URBANA

Tema 4

Todos nós construímos a cidade pouco a pouco no nosso cotidiano: pegando o ônibus para ir trabalhar, construindo nossa casa, elegendo prefeitos e vereadores, participando das mobilizações em nossa vizinhança... Se produzimos coletivamente a cidade, temos também o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades de forma igualitária.

O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

A expressão “direito à cidade” foi originalmente cunhada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968, ano que ficou marcado pelo potente movimento iniciado pelas juventudes engajadas na luta por direitos civis, liberação sexual, oposição ao conservadorismo, crítica à guerra no Vietnã, entre outras. Lefebvre estava sensível às vozes e aos movimentos que irrompiam nas ruas, percebendo que as cidades haviam se convertido no *locus* de reprodução das relações capitalistas, mas também onde a resistência poderia constituir formas de superação criativa desse modelo.

Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em 23 de julho de 2021.

Na verdade, durante a maior parte do século XX, os estádios eram lugares onde os executivos empresariais sentavam-se lado a lado com os operários, todo mundo entrava nas mesmas filas para comprar sanduíches e cerveja, e ricos e pobres igualmente se molhavam se chovesse. Nas últimas décadas, contudo, isso está mudando. O advento de camarotes especiais, em geral, acima do campo, separam os abastados e privilegiados das pessoas comuns nas arquibancadas mais embaixo. (...) O desaparecimento do convívio entre classes sociais diferentes, outrora vivenciado nos estádios, representa uma perda não só para os que olham de baixo para cima, mas também para os que olham de cima para baixo.

Os estádios são um caso exemplar, mas não único. Algo semelhante vem acontecendo na sociedade americana como um todo, assim como em outros países. Numa época de crescente desigualdade, a “camarotização” de tudo significa que as pessoas abastadas e as de poucos recursos levam vidas cada vez mais separadas. Vivemos, trabalhamos, compramos e nos distraímos em lugares diferentes. Nossos filhos vão a escolas diferentes. Isso não é bom para a democracia nem sequer é uma maneira satisfatória de levar a vida.

Democracia não quer dizer igualdade perfeita, mas de fato exige que os cidadãos compartilhem uma vida comum. O importante é que pessoas de contextos e posições sociais diferentes encontrem-se e convivam na vida cotidiana, pois é assim que aprendemos a negociar e a respeitar as diferenças ao cuidar do bem comum.



Michael J. Sandel. Professor da Universidade Harvard. O que o dinheiro não compra. Adaptado

Considerando essas reflexões, elabore um texto dissertativo-argumentativo, abordando o seguinte tema:
segregação urbana no Brasil.

Abordagem teórica

Vamos iniciar essa abordagem com algumas perguntas. Na sua opinião, as cidades (brasileiras) são espaços democráticos, onde todos possuem acesso aos mesmos serviços? As opções de mobilidade urbana, os equipamentos referentes à segurança pública e os de entretenimento estão disponíveis de forma isonômica entre os diversos setores da cidade? A cidade permite o seu usufruto por parte das pessoas com deficiência?

Inicialmente, aproveitando uma ideia do nosso texto motivador, é importante conhecer o conceito de direito à cidade, o qual refere-se à *ideia de que todas as pessoas têm o direito de habitar, usar, produzir, governar e desfrutar das cidades de forma igualitária*³⁰.

De forma objetiva, podemos definir **segregação** como o processo econômico, social ou cultural que se relaciona com a perda de contato entre diferentes segmentos sociais dentro do espaço urbano. Você pode abordar esse tema de diversas formas.

Você pode definir a sua tese apresentando as causas do problema (tese por responsabilização), a exemplo do rápido processo de urbanização e da intensa desigualdade social existente no país. É possível também apresentar as consequências (tese por problematização), por exemplo, o processo de favelização (formação dos aglomerados subnormais) e do aumento da violência. Uma terceira via é misturar os dois tipos, apresentando na tese uma causa e uma consequência. Por fim, pode também uma tese por antecipação da proposta de intervenção, em que você aponte como resolver o problema da segregação urbana.

As primeiras cidades surgiram, inicialmente, como pequenas aldeias às margens dos rios, por volta de 4.000 a 3.000 a.C.. Ao longo do tempo, a dinâmica de ocupação territorial passou por diversas transformações, mas pode-se dizer que foi a partir da Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, que a urbanização se acelerou. A pujante atividade industrial fez com que as pessoas se deslocassem para as áreas próximas ao trabalho, iniciando, assim, um intenso êxodo rural. Esse processo veio se consolidando ao longo do tempo, influenciado pela centralização da administração do Estado, pelo crescimento do comércio nas cidades, pela mecanização do meio rural e pela concentração fundiária.

Esse movimento que, no seu início, restringia-se aos países desenvolvidos, generalizou-se a partir do século XX. Se, no início do século 19, menos de 5% da humanidade vivia em cidades, atualmente, segundo a ONU, **55% da população mundial vive em áreas urbanas** e a expectativa é de que essa proporção aumente para 70% até 2050³¹.

³⁰ Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em 20 de julho de 2021.

³¹ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em 20 de julho de 2021.



Junto à intensa **urbanização** o crescimento das cidades em população e extensão, vieram os problemas, sentidos, principalmente, nos países em desenvolvimento. O rápido crescimento populacional nesses países não veio acompanhado de estruturas que pudessem acomodar de forma sustentável essa população, o que acarretou problemas em áreas como transportes, energia, saneamento urbano, saúde, trabalho e moradia.

Esse processo de rápida urbanização, aliado a falhas de planejamento e gestão, gerou consequências e desafios que permanecem presentes até os dias atuais: favelização; vários problemas referentes ao saneamento básico (excesso de lixo, falta de rede de coleta de esgoto e de rede de distribuição de água potável); poluição; violência; inundações; presença de ocupações irregulares; falta de opções de lazer e cultura e problemas de mobilidade urbana.

Assim como grande parte dos países em desenvolvimento, o **processo de urbanização brasileiro** se acelerou a partir da segunda metade do século XX, ancorando-se num crescimento populacional expressivo. O dado mais recente foi divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015 (PNAD): **84,72% dos brasileiros** vivem em **áreas urbanas**. Acompanhe a evolução pela tabela abaixo:

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Urbanização (%)	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36

Feita essa introdução, será que as cidades brasileiras podem ser consideradas democráticas?

As cidades são por definição espaços compartilhados por cidadãos de diferentes origens e classes sociais. Uma **cidade democrática é aquela em que todas e todos, sem discriminação de classe social, gênero, cor ou orientação sexual, podem desfrutar dos espaços públicos com a mais ampla liberdade possível**. Isso envolve mobilidade, meio ambiente, moradia, lazer, segurança, saúde, educação, saneamento, acesso à cultura, participação política, entre outras questões. Vamos analisar essa questão em detalhes logo depois de esclarecer alguns conceitos.

Quando se fala em direito à cidade, naturalmente, emergem três conceitos da geografia social: **segregação socioespacial, autossegregação e gentrificação**. Antes, contudo, vamos abrir um box para tratar sobre o próprio direito à cidade, termo muito relevante nas dissertações deste eixo temático.

Direito à cidade³²

De acordo com Henri Lefebvre (2010), o direito à cidade "só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada".

O direito à cidade visa a garantir, a todos os cidadãos, o direito de participar das decisões que digam respeito a ela. Dessa maneira, esse direito é fundamental para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade equânime.

Ele se desdobra em outros direitos, como o direito ao trabalho, à moradia digna, ao saneamento ambiental e saneamento básico, à saúde, ao transporte público, ao lazer e à informação.

³² Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/direito-a-cidade/>. Por Camila Betoni. Acesso em dezembro de 2022.



No entanto, o direito à cidade vai além do direito de estar, permanecer ou utilizar dos recursos e da estrutura de determinada cidade. Ele traduz a demanda por um acesso renovado e transformador da vida urbana.

A cidade reflete as desigualdades sociais e econômicas, na medida em que quem usufrui dos espaços melhor localizados é quem pode pagar. Nesse sentido, o direito à cidade é cada vez mais incorporado no mundo como uma reivindicação política.

Pode-se citar como ofensa ao direito à cidade a remoção de pessoas moradoras de rua das cidades em épocas de grandes eventos turísticos.

Também ofende esse direito a degradação ambiental que diminui a qualidade de vida no ambiente urbano.

O direito à cidade trata da produção de cidades que valorizem o uso do espaço urbano em detrimento de valores comerciais. Para Lefebvre, esse é um bem supremo, tendo em vista que, na cidade, o ser humano encontra aquilo que necessita para se realizar em sua prática sensível.

O direito à cidade está ligado, portanto, à construção de uma cidade que seja mais igualitária, capaz de promover os direitos e a cidadania, além de atender as demandas sociais. Relaciona-se também à possibilidade de influir nos destinos da cidade e de participação na esfera decisória. A cidadania se relaciona diretamente ao direito à cidade na medida em que os direitos/serviços se condensam na cidade. Assim, uma cidade digna acaba sendo uma condição necessária para o exercício da cidadania.

Prossigamos.

A **segregação socioespacial** é um conceito que relaciona as desigualdades sociais, econômicas, culturais, históricas e raciais ao espaço físico. Trata-se de um processo socioeconômico que diz respeito à perda de contato entre grupos sociais dentro de um mesmo espaço urbano. A segregação socioespacial nega o direito à cidade, visto que marginaliza indivíduos ou grupos sociais. A formação de favelas, habitações em áreas irregulares, cortiços e áreas de invasão são exemplos comuns de materialização da segregação urbana.

No caso brasileiro, essa segregação foi iniciada pelo processo de urbanização e intensificada pela enorme desigualdade social existente no país. Esse fenômeno, inclusive, pode ser reforçado pelo próprio Estado quando prioriza investimentos nas áreas ocupadas pela população de mais alta renda ou constrói casas populares em bairros desprovidos de infraestrutura adequada, negligenciando ou simplesmente ignorando a parte ocupada pelos mais pobres.

Essa segregação pode ocorrer de forma compulsória, em que aos pobres só resta a ocupação das áreas periféricas, ou de forma voluntária, assumindo a forma de **autossegregação**.

Por autossegregação entende-se a decisão espontânea de se isolar. Isso ocorre de forma clara na formação dos condomínios fechados. Trata-se de locais fechados, permanentemente vigiados, seguros e onde os moradores podem encontrar todo tipo de serviço. Isso também tem a ver com a tendência de "camarotização" da sociedade.

A "camarotização" relaciona-se também à ideia de separação física entre as pessoas, tendo como critério a renda. Decorre dessa tendência a criação dos espaços VIP em estádios de futebol, boates, teatros, carnaval, entre outros. Envolve conceitos ligados a privilégio, sociedade do espetáculo, poder do consumo,



ostentação, entre outros. Trata-se da superação do modelo em que o "ter" é mais importante que o "ser", pois, com esse processo, o "parecer" acaba sendo mais importante que o "ter", podendo ser considerado como um fim em si mesmo.

A mercantilização existente em todas as esferas faz com que se perca o contato entre pessoas de classes econômicas diferentes, o que representa uma perda em termos coletivos. Os "rolezinhos" nos *shoppings* mostram uma tentativa de romper essa lógica, fato que, obviamente, não justifica o vandalismo.

Já a **gentrificação** é um processo pelo qual áreas que anteriormente eram degradadas, ocupadas pela população de baixa renda, ao passarem por um processo de valorização, têm o seu custo de vida aumentado, expulsando os antigos moradores da área. Esse processo de valorização se reflete, por exemplo, no aumento dos aluguéis, do IPTU, do valor dos produtos no comércio e pode ser causado pela construção de um museu, um parque, um *shopping* ou um estádio de eventos esportivos.

Um exemplo claro de gentrificação ocorreu no Rio de Janeiro por conta da revitalização do centro da cidade por causa das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Lugares antes totalmente degradados foram valorizados pela realização de inúmeros empreendimentos (exemplo: Porto Maravilha e Lapa Legal), expulsando a população mais pobre desses locais.

Pode-se falar também em **mercantilização das cidades**, ou seja, a transformação da cidade em mercadoria. Observa-se, nesse contexto, que as decisões privilegiam o interesse de grupos financeiros e do mercado imobiliário em detrimento dos interesses e das necessidades da maioria da população urbana. Observa-se, nesse mesmo sentido, uma privatização dos espaços públicos, processo em que espaços, antes dedicados ao público, foram transferidos para a iniciativa privada.

Um exemplo disso pode ser visto no contexto da transformação dos estádios em arenas. Acerca do tema, confira o seguinte excerto³³:

A maior parte dos estádios foi repassada para o controle de empresas privadas, que os transformaram em arenas com shoppings, em templos de consumo. Assim, os estádios deixaram de ser espaços populares, onde o ato de ir a um jogo de futebol era uma prática identitária cultural brasileira, e agora passaram a dar lugar a uma espetacularização do esporte. Hoje assistir a uma partida de futebol tornou-se uma experiência de consumo em que as pessoas vão às arenas, sentam-se na área VIP em cadeiras confortáveis. A maneira de torcer muda e os valores que se paga também mudam. Nesse espaço há lojas, restaurantes e lanchonetes de grife. E assim a própria experiência de torcer vai sendo transformada nesse processo de mercantilização da cidade e dos seus lugares públicos.

[...]

³³ <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550815-megaeventos-e-a-mercantilizacao-das-metropoles-brasileiras-entrevista-especial-com-orlando-alves-dos-santos-junior>



*Quem tiver dinheiro terá acesso ao melhor, quem tem uma renda média vai usufruir de espaços e serviços médios e quem não tiver recursos será excluído de tudo. Mais uma vez estamos diante do risco de construirmos **idades mais desiguais**, mais excludentes.*

Feitos esses esclarecimentos, podemos analisar alguns aspectos que nos permitirão formar uma opinião sobre se as cidades são, de fato, espaços democráticos.

No que se refere à **mobilidade urbana**, sabe-se que os meios de transporte não são compartilhados de forma isonômica. É incontestável que as áreas mais nobres são mais bem assistidas por meio de transporte público. Agrava essa situação o fato de as populações que habitam nas áreas periféricas serem justamente as que mais necessitam de transporte público e as que residem mais distante dos locais onde trabalham.

Há, no entanto, outros vieses na lógica da mobilidade urbana. A mobilidade envolve, também, questionar a sua **acessibilidade**, ou seja, se as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida podem desfrutar do direito de circular e se movimentarem pelos espaços da cidade de forma plena e livre de barreiras.

Apesar dos recentes avanços legislativos, nas cidades brasileiras, a acessibilidade está ainda longe de ser alcançada, haja vista os seus inúmeros problemas. São comumente encontradas calçadas com problemas de pavimentação, transporte público sem as adaptações para quem usa cadeira de rodas, falta de rampas de acesso em edifícios, entre outros.

No que se refere às **opções de lazer, esporte e cultura**, também se verifica uma distribuição geográfica assimétrica nas cidades, ou seja, a disponibilidade desses equipamentos também está relacionada a uma perspectiva de divisão socioespacial. As áreas consideradas nobres contam com a maioria dos equipamentos desse tipo, fato que, aliado à questão dos custos envolvidos, dificulta o acesso por parte da população mais carente.

É importante lembrar que, embora seja direito assegurado na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 a todos os cidadãos, percebe-se ainda no Brasil um contexto em que o lazer se posta como privilégio de consumo e como um produto da mercantilização da qualidade de vida. Trocando em miúdos, majoritariamente, só tem condições de usufruir de espaços como museus, quadras poliesportivas, cinemas, entre outros, quem possui renda para tal.

Outra abordagem a ser trabalhada é a da **segurança pública**. De fato, as áreas mais nobres e turísticas recebem uma atenção especial do policiamento, muito mais presente e mais dedicado em resolver os problemas que nas áreas periféricas. Já nas áreas mais pobres, muito mais desassistidas, a violência se manifesta das mais diversas formas.

As zonas pobres, caracterizadas pela ausência do Estado em diversos sentidos, oferecem a localização privilegiada para o estabelecimento do território do crime. As organizações criminosas se apropriam desses locais, tornando-os seus territórios, e articulam as ações no espaço urbano, subjugando a população desses locais a toda sorte de violências. O crime organizado se alimenta da pobreza e o isolamento imposto pelo seu controle contribui para aumentá-la. Os confrontos com o Estado e entre as próprias facções geram violência, representada pelo alto número de homicídios.



Embora a Constituição Federal de 1988 garanta o direito fundamental de ir e vir com segurança, isso está bem longe de se concretizar. Embora detenham direitos constitucionais como os demais, os habitantes de áreas carentes são tratados como “infracidadãos” ou “subcidadania”.

Nesse quesito há também um recorte de segregação racial. Segundo o Atlas da Violência de 2020, em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios e, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos.

Assim, observa-se a existência de cidades diferentes dentro da mesma cidade. O direito à vida não é assegurado de forma isonômica, independentemente do local em que se reside. Não sem causa, o Brasil é o país onde a população mais teme a violência no mundo conforme o Global Peace Index 2021.

Esse pânico coletivo, cada vez mais legítima políticas de segurança, de controle, e os espaços públicos deixam de ser espaços de convivência. Exemplos disso são os grandes condomínios, tema já mencionado.

Outro ponto cuja discussão é necessária é a **capacidade de participação nas decisões políticas das cidades**. A gestão participativa e democrática, prevista no Estatuto da Cidade – art. 2º, II –, assegura a participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano nas discussões e debates sobre o futuro da cidade, de modo que os cidadãos possam manifestar sua opinião.

Apesar dos avanços, essa participação popular no planejamento urbano é ainda bem escassa. Segundo a pesquisa “Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanços após 15 anos de estatuto da cidade”³⁴

[...] tendo em vista o contexto vigente de escassa atuação popular na elaboração, execução e fiscalização do cumprimento dos instrumentos de planejamento urbano, os avanços do período democrático trouxeram conquistas legais que, embora relevantes, foram insuficientes, com resultados que não se manifestaram plenamente na esfera executiva, com nítidas defasagens nos canais de participação. E, mais do que isso, com notáveis exceções, destaca-se o esvaziamento das instâncias participativas e decisórias tidas como “de fachada”, existentes apenas para constar no processo de elaboração dos planos diretores, mas carentes de efetividade ou de relevância para os responsáveis pelas decisões governamentais. Assim sendo, embora tenham sido identificados profundos avanços normativos, legais e institucionais quanto à adoção de iniciativas inclusivas e dialogadas, com controle social sobre o planejamento urbanístico, ainda imperam formas de participação popular restritas ao caráter consultivo e informativo (em vez de decisório).

Outro ponto refere-se ao **meio ambiente**. Não há dúvidas sobre a discrepância existente entre áreas nobres e pobres nesse quesito. Como primeiro aspecto, pode-se falar sobre o saneamento básico, pois imensas são as diferenças no que se refere a água potável, coleta de lixo e rede de esgoto.

Além do fator ambiental, deve-se recordar que esse aspecto afeta diretamente o direito à saúde. A carência de serviços de água potável e de coleta e de tratamento de esgoto, a destinação inadequada do lixo e a má

³⁴ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/academico/2018/12/19/Como-a-popula%C3%A7%C3%A3o-participa-da-gest%C3%A3o-das-cidades-no-Brasil>. Acesso em dezembro de 2022.



deposição dos dejetos cria um ambiente propício ao desenvolvimento de doenças graves, como diarreia, hepatite A, verminoses, dengue, leptospirose, entre outras. A maior parte das doenças relacionada à falta de saneamento básico se desenvolvem devido à água contaminada

Além disso, há o problema da exposição das periferias às intempéries. Eventos como chuvas torrenciais provocam deslizamentos de terra e inundações, consequências vivenciadas, principalmente, pela população de baixa renda.

Segundo o Documento Temático 11 da Conferência Habitat III (Espaço Público) (ONU, 2015), ao longo dos últimos trinta anos, os espaços públicos se tornaram altamente comercializados e estão sendo substituídos por edifícios privados ou semipúblicos, e essa comercialização divide a sociedade e separa as pessoas por classes sociais. Como resposta ao aumento do total de taxas de criminalidade registradas no mundo (em torno de 30%), houve um crescimento de comunidades fechadas, seladas por muros e instalações de segurança sofisticadas, em quase todas as cidades da América Latina.

Acredito que tenhamos passado pelos principais pontos. Vamos focar aqui no arcabouço legislativo brasileiro a tratar sobre a matéria.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu art. 6º, estabeleceu uma série de direitos no que se refere à cidade, entre eles moradia, transporte, lazer, segurança e proteção à maternidade e à infância. Adensando a discussão, lá no seu art. 182, a CF/1988 estabelece a obrigatoriedade (para as cidades com mais de 20.000 pessoas) da existência de um **plano diretor**, bem como das diretrizes gerais da política urbana.

Essas diretrizes foram estabelecidas pelo famoso **Estatuto das Cidades** (Lei 10.257/2001), entre as quais, posso destacar: garantia do direito a cidades sustentáveis³⁵, gestão democrática, planejamento do desenvolvimento das cidades, oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais, ordenação e controle do uso do solo, entre outros. Pode-se dizer, então, que a ideia de direito à cidade expressa na lei sintetiza um amplo rol de direitos.

O instrumento mais importante no planejamento das cidades é o **plano diretor**. Trata-se do instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, de âmbito municipal, que, em linhas básicas, tem como objetivo estruturar o crescimento e o desenvolvimento da cidade de maneira organizada ao longo do tempo.

Sugestão de repertório

- 1. Cidadania segundo Thomas Marshall:** segundo o sociólogo britânico, somente seria possível falar em cidadania a partir da conquista de direitos civis, políticos e sociais.
- 2. Cidadão de Papel por Gilberto Dimenstein:** no livro *O Cidadão de Papel - A Infância, A Adolescência e Os Direitos Humanos no Brasil*, o jornalista explica que "cidadão de papel" se refere a "um cidadão com

³⁵ Segundo o Estatuto das Cidades, esse conceito deve ser entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.



direitos adquiridos, mas não usufruídos e isso acontece, na grande maioria, por falta de informação. Ele conhece pouco ou quase nada sobre os direitos que possui, não manifestando suas opiniões, não fazendo reivindicações e muito menos lutando pela garantia destes direitos". "É um cidadão que usufrui uma cidadania aparente denominada cidadania de papel. A verdadeira democracia implica na conquista e efetividade dos direitos sociais, políticos e civis, caso contrário, a cidadania permanece inerte no papel. A cidadania de papel, portanto, surge com o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, com a falta de escolas, com a migração, com a desnutrição, com o desemprego e com a pobreza"³⁶.

Assim, o cidadão de papel é um indivíduo cujos direitos encontram-se positivados apenas no papel, carecendo de aplicação prática.

3. Apartheid social: trata de uma expressão que sinaliza "uma situação em que pessoas de diferentes estratos sociais são rejeitadas e discriminadas, não tendo as mesmas oportunidades que as outras pessoas. Assim, alguns grupos sociais são desfavorecidos, não tendo acesso a condições satisfatórias de educação, saneamento básico, saúde, transporte e moradia."³⁷

4. Milton Santos (1926 - 2001): é considerado o maior geógrafo do Brasil e um dos maiores do mundo. Conquistou, em 1994, o Prêmio Vautrin Lud, o Nobel de Geografia, sendo o único brasileiro a conquistar esse prêmio e o primeiro geógrafo fora do mundo Anglo-Saxão a realizar tal feito. Milton dedicou a vida toda ao estudo e ensino, abordando conceitos pouco explorados pela geografia até então, como o território, a paisagem, o lugar e o espaço geográfico. Debruçou-se também sobre a realidade socioeconômica de países periféricos, classificados na época como "países de terceiro mundo" ou "subdesenvolvidos".

O pensamento de Milton Santos é bem vasto. São notáveis as suas pesquisas sobre a globalização, um dos conceitos por ele mais atacados, e sobre o capitalismo, também objeto de crítica.

Como repertório para sua redação, há duas ideias que podem ser mencionadas: **cidadania mutilada**, **espaços luminosos e espaços opacos** e **a relação centro-periferia**.

O conceito de **cidadania mutilada** se refere ao fato de que determinadas pessoas vivem numa condição de subcidadania, ou seja, os excluídos muitas vezes não gozam de direitos básicos relacionados à cidadania. Em contraposição a esse grupo, cuja fruição de direitos é incompleta (mutilada), há o grupo que se entende como acima da condição de cidadania, numa situação de privilégio. Houve um caso em que um fiscal pediu que um indivíduo colocasse a máscara e a esposa deste retrucou: "Cidadão não, engenheiro civil, formado, melhor do que você". Nota-se, portanto, que parcela da população se entende numa condição acima da de cidadão e, por isso, não tenha que cumprir deveres, tendo somente direitos.

Segundo Santos, no Brasil, a classe média não tem cidadãos porque "não se preocupa com direitos, mas com privilégios". A busca de privilégios sustenta as desigualdades sociais e cria a categoria dos que ainda não podem ser cidadãos porque seus direitos são negados, limitados ou interditados. Essas são as "cidadanias mutiladas"; mutiladas no acesso à educação de qualidade, a serviços de saúde qualificados; mutiladas no direito a oportunidades de trabalho, a uma justiça justa; ao transporte de qualidade, a espaços não segregados, à moradia qualificada.

Grosso modo, **espaços luminosos** são aqueles bem servidos pelas redes informacionais - telecomunicações, transporte, infraestrutura urbana - e onde agentes hegemônicos representados pela população mais rica e

³⁶ <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=22237>

³⁷ Disponível em: <https://www.significados.com.br/apartheid/>. Acesso em dezembro de 2022.



organizada ditam as regras. Os **espaços opacos** estão no interstício dessas redes, onde as modernizações e as políticas públicas não chegam, apesar de seus habitantes participarem da lógica que move a cidade enquanto trabalhadores de baixa qualificação, desempregados ou marginais. Aqueles territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, tornam-se mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização são denominados territórios luminosos. Os territórios em que essas características não estão presentes são chamados de territórios opacos.

Por fim, a **relação centro-periferia** resume um pouco disso tudo que falamos. Temos, de um lado, o centro como local aglomerativo de todas as benesses do espaço urbano: a centralidade concentraria o emprego, os equipamentos urbanísticos mais modernos e as funções centrais de direção da vida urbana. Por sua vez, temos a periferia, locais onde não se dispõe de tais requisitos, o que demanda um deslocamento diário das pessoas que lá residem para as áreas centrais.

O professor Milton Santos enfatiza que pessoas dotadas de condições físicas, intelectuais e até salariais equivalentes não dispõem das mesmas possibilidades, caso vivam em diferentes pontos do território. Moradores de áreas privilegiadas pela distribuição de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, etc. têm suas potencialidades sociais e econômicas aumentadas, uma vez que têm o acesso facilitado a esses serviços. Já aqueles que vivem em áreas de escassez ou inexistência de tais recursos tendem a se empobrecer a cada dia, à medida que necessitam de mais recursos próprios para usufruir tais serviços. Tais dificuldades comprometem ainda mais sua condição social e sua formação cultural. Saliente-se também que as desigualdades da relação centro-periferia podem ser observadas tanto na distribuição espacial dos equipamentos urbanos quanto nas representações de fenômenos sociais, como no caso da violência.

5. **Aporofobia**: de origem grega, á-poros (pobres) e fobos (medo), a aporofobia se refere ao medo e à rejeição aos pobres. A palavra passou a ser difundida recentemente no Brasil com uma campanha do padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, de São Paulo, contra as cidades que a praticam. A aporofobia se manifesta de diversas formas na sociedade e a arquitetura é um exemplo. Nesse sentido, pensando no nosso tema, é importante saber o que consiste na chamada **arquitetura hostil** (também conhecida como "arquitetura antimendigo").

Trata-se de um conceito que se refere a estratégias de "design" urbano que utiliza elementos para restringir certos comportamentos nos espaços públicos, dificultar o acesso e a presença de pessoas, especialmente aquelas em situação de rua. Bancos com divisórias, pedras colocadas sob viadutos e estacas de ferro na fachada de estabelecimentos são alguns exemplos. A emergência desse estilo de arquitetura hostil data da década de 1990, nas gestões de um desenho urbano que sugere só sermos cidadãos se estivermos trabalhando ou consumindo bens diretamente. Isto é, não trabalhar e não consumir quer dizer não poder estar presente como cidadão de uma cidade.

Para termos uma noção, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a **população em situação de rua** cresceu 140% desde 2012, totalizando quase 222 mil brasileiros em março de 2020.

Feitas essas considerações, acredito que já existem insumos mínimos para a produção do seu texto. Por isso, mãos à obra!



Proposta de solução

A atual Constituição Federal do Brasil garante aos indivíduos direitos civis, sociais e políticos, os quais são condições indispensáveis para o exercício da cidadania, de acordo com Thomas Marshall. Apesar disso, observa-se, no país, um cenário urbano de intensa segregação, o qual foi provocado pelo processo acelerado de urbanização e se evidencia pela considerável desigualdade de direitos entre os cidadãos [tese].

Inicialmente, esclareça-se que o processo acelerado de urbanização brasileiro é uma das causas da segregação existente no espaço urbano. Com efeito, o processo de industrialização provocou uma rápida urbanização: o país, eminentemente agrário até a primeira metade do século XX, hoje conta com mais de 80% dos seus habitantes residindo em cidades. Contudo junto a essa migração massiva vieram os problemas, causados pela incapacidade do governo de proporcionar condições mínimas de sobrevivência para esse contingente humano. Uma das consequências dessa macrocefalia urbana se evidenciou no âmbito da moradia, notadamente pela formação de favelas, as quais refletem, no espaço geográfico, as desigualdades sociais e corroboram o entendimento sobre a existência de um "apartheid" social, situação em que determinados segmentos não contam com condições mínimas de dignidade.

Essa segregação socioespacial acaba se refletindo, diretamente, no exercício de direitos por parte dos cidadãos. De fato, entre os moradores dos bairros nobres e das periferias, há uma enorme discrepância na qualidade dos serviços públicos ofertados, como segurança pública, saneamento básico, lazer e transportes. Essa diferenciação, a qual obsta o exercício de direitos por parte das populações mais precarizadas, fragmenta o tecido social e cria escalonamento entre os cidadãos, o que vai de encontro à acepção de igualdade inerente a essa



condição. Esse contexto remete à situação delineada pelo escritor Gilberto Dimenstein em seu livro "O Cidadão de Papel", no qual o autor afirma que, não obstante os avanços legislativos estabelecidos pela Constituição Cidadã, esses direitos só existem no papel, sendo, portanto, desprovidos de aplicação prática.

Diante do exposto, verifica-se um contexto de intensa segregação urbana no país. Pela sua complexidade, a mitigação desse problema envolve necessariamente o envolvimento do corpo social, o qual deve se organizar e exigir do poder público os direitos estabelecidos pela Carta Magna, extensíveis a todo cidadão, sem qualquer forma de discriminação.

PRÁTICA

Caro aluno, agora é com você! Treine bastante com os temas expostos, lembrando-se sempre de aplicar o conhecimento acumulado nas aulas anteriores, tanto sob o ponto de vista da estrutura quanto dos aspectos gramaticais.

Lembrem-se de nos encaminhar seu texto, se assim desejarem, por meio da área do aluno, de forma manuscrita digitalizada, conforme explicado na aula 00 do curso.

Para a sua redação, é importante especificar o número do texto escolhido no campo apropriado. Você pode nos encaminhar um arquivo único (em PDF) ou colar as imagens digitalizadas dentro de um documento em Word.

As questões discursivas serão devolvidas exclusivamente ao aluno, por meio da área destinada ao curso no site do Estratégia Concursos.

Desejamos um excelente trabalho a todos vocês!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.